

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,
REVISÃO E REDAÇÃO

SESSÃO: 091.1.51.O
DATA: 02/06/99

TURNO: Matutino

TIPO SESSÃO: Extraordinária - CD

LOCAL: Câmara dos Deputados

HORA INÍCIO: 9h
HORA TÉRMINO: 12h19min

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SESSÃO ORDINÁRIA DE 02/06/99

IV - BREVES COMUNICAÇÕES

GERALDO SIMÕES (PT, BA) - Protesto contra pretendida demissão de servidores públicos por critério de avaliação de desempenho. Baixo índice de popularidade do Presidente Fernando Henrique Cardoso, segundo pesquisa realizada pelo instituto Vox Populi.

PAULO PAIM (PT, RS) - Majoração abusiva dos preços dos remédios. Redução do índice de aceitação pela população brasileira do Presidente Fernando Henrique Cardoso, segundo pesquisas de opinião.

AVENZOAR ARRUDA (PT, PB) - Necessidade do cumprimento, pelo Governo Federal, de dispositivo constitucional sobre revisão anual dos salários dos servidores públicos.

VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB, AM) - Realização, na Casa, de audiência pública sobre liberação e registro de produtos e alimentos transgênicos no Brasil. Repúdio à liberação, por parte do Governo Federal, do plantio e comercialização de alimentos geneticamente modificados sem amplo conhecimento das conseqüências advindas para a saúde humana e o meio ambiente.

LUIZ SÉRGIO (PT, RJ) - Protesto contra as pressões da multinacional White Martins para posse da terra da comunidade Caiçara, no Município de Parati, Estado do Rio de Janeiro. Sucateamento do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Investimento na educação como forma de combate à violência no País.

CORONEL GARCIA (PSDB, RJ) - Repúdio às acusações de falta de decoro de autoridades públicas brasileiras. Defesa do caráter probo do Gen. Alberto Cardoso, Chefe da Casa Militar.

ROLAND LAVIGNE (PFL, BA) - Defesa de elaboração, pela Câmara dos Deputados, de legislação proibitiva da reeleição de Prefeitos e ex-Prefeitos Municipais denunciados por crimes de corrupção.

SIMÃO SESSIM (PPB, RJ) - Anúncio, pelo Governo Federal, de construção de novos presídios no País. Defesa de estabelecimento de penas alternativas ao encarceramento.

JOSÉ CARLOS ELIAS (PTB, ES) - Anúncio de celebração de convênio entre os Governos Federal e do Estado do Espírito Santo para construção da Rodovia do Sol. Importância da rodovia para o incremento do setor turístico espírito-santense. Readmissão de policiais militares pelo Governo José Ignácio. Inclusão, pelo Governo Federal, do Estado do Espírito Santo no Plano Plurianual — PPA-2000.

POMPEO DE MATTOS (PDT, RS) - Propósito do Governo Federal de transferência, para o âmbito dos Estados, da responsabilidade pelos investimentos na área de pesquisa. Necessidade de liberação de recursos à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA. Importância do apoio governamental aos cientistas e pesquisadores brasileiros.

PEDRO WILSON (PT, GO) - Repúdio à violência policial praticada contra participantes de manifestações populares. Urgente alteração da política de segurança pública vigente no País. Ineficácia de medida provisória e portarias ministeriais sobre regulamentação de entidades filantrópicas. Anúncio de criação da Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Pública. Solidariedade à luta dos economiários contra a privatização da Caixa Econômica Federal.

NELSON PELLEGRINO (PT, BA) - Elevado índice de desemprego na região metropolitana de Salvador. Inexistência, no âmbito do Governo do Estado da Bahia, de medidas para reversão do quadro. Perseguição de Prefeitos Municipais ao comércio informal. Implantação de frentes produtivas de trabalho na referida região.

ANDRÉ BENASSI (PSDB, SP) - Implantação, no Município de Jundiaí, Estado de São Paulo, do projeto Qualidade de Vida para Estudantes, destinado ao combate ao uso de drogas.

PEDRO FERNANDES (PFL, MA) - Encaminhamento de indicação ao Ministério dos Transportes para recuperação da BR-222, trecho Miranda do Norte-Santa Inês, e duplicação das BRs-135 e 010, respectivamente nos trechos São Luís-Bacabeira e Imperatriz-Açailândia, no Estado do Maranhão, e ao Ministério da Saúde para implementação de programa de distribuição de cloro e promoção de campanha sobre a importância do tratamento de água.

ROBERTO PESSOA (PFL, CE) - Imediata aquisição, pelo Governo Federal, da safra agrícola do Estado do Ceará. Necrológio do ex-Prefeito Municipal de Sobral, Sr. José Parente Prado, e do médico Carlos Alberto Studart Gomes, fundador do Hospital de Messejana.

PEDRO CELSO (PT, DF) - Queda do índice de popularidade do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Exigência, pela sociedade brasileira, de alteração do modelo econômico implantado no País.

CLAUDIO CAJADO (PFL, BA) - Criação, pelo Governo Federal, do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

WALTER PINHEIRO (PT, BA) - Necessidade da aprovação de projeto de lei sobre extinção dos manicômios no País. Conveniência da instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de possíveis irregularidades no processo de desestatização do Sistema TELEBRÁS.

EBER SILVA (PDT, RJ) - Encaminhamento de indicação ao Presidente da República para instalação do Conselho Nacional de Política Energética — CNPE.

JAIR BOLSONARO (PPB, RJ - Pela ordem) - Correspondência dirigida à Corregedoria da Casa solicitando exame grafológico de carta de pedido de desculpas apresentada à Presidência da Câmara dos Deputados e lida no plenário no dia 24 de maio.

JOÃO GRANDÃO (PT, MS) - Lançamento, no Município de Dourados, do Plano de Desenvolvimento da Agropecuária do Mato Grosso do Sul.

GILMAR MACHADO (PT, MG) - Escalada da violência nas escolas.

ALOÍZIO SANTOS (PSDB, ES) - Atitude louvável do Governador José Ignácio Ferreira de reintegração de policiais militares exonerados por meio de medida judicial.

PAULO ROCHA (PT, PA) - Expectativa de crescimento da exploração desordenada de madeiras na floresta amazônica. Necessidade de medidas concretas para preservação das florestas do País.

HENRIQUE FONTANA (PT, RS) - Prática, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, de crime de responsabilidade durante o processo de privatização do Sistema TELEBRÁS. Apoio à instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração dos fatos.

BISPO WANDERVAL (PL, SP) - Defesa da quitação de dívida, sob apreciação judicial, decorrente de direitos contratuais de ex-funcionários da extinta **TV Tupi**, de São Paulo, pela nova concessionária do canal 4, o Sistema Brasileiro de Televisão — SBT.

NILSON MOURÃO (PT, AC) - Apelo à Justiça do Distrito Federal para revogação da sentença de relaxamento de prisão de Darli Alves, condenado pelo assassinato do ambientalista Chico Mendes.

CARLITO MERSS (PT, SC - Pela ordem) - Proposta de emenda à Constituição sobre obrigatoriedade de prestação de concurso público para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União e dos Estados.

DEUSDETH PANTOJA (PFL, PA) - Artigo "Desnível marca o pobre e rico Pará", publicado pelo jornal **O Liberal**, acerca da malversação dos recursos econômicos e naturais do Estado do Pará. Realização de seminário para debate sobre desafios e perspectivas econômicas para desenvolvimento auto-sustentável da microrregião do Baixo Tocantins, com ênfase ao fomento da cultura do açaí.

PAULO DELGADO (PT, MG) - Fragilização da Organização das Nações Unidas. Iniciativas para construção de nova sociedade mundial. Avanço do Direito Internacional na defesa dos direitos humanos com a pretendida criação do Tribunal Penal Internacional — TPI. Urgente assinatura, pelo Poder Executivo, e conseqüente encaminhamento ao Congresso Nacional do Estatuto do TPI.

GONZAGA PATRIOTA (Bloco/PSB, PE) - Anúncio do encaminhamento à Comissão de Defesa de Consumidor, Meio Ambiente e Minorias de requerimento de convocação do Sr. Manoel Horácio da Silva, Presidente da Tele Norte Leste, e do Sr. Carlos Alberto Becker, Superintendente da empresa no Nordeste, para depoimento acerca do não-cumprimento de decisão judicial relativa ao retorno à capital pernambucana do serviço de informações 102.

PRESIDENTE (João Almeida) - Convocação dos Srs. Deputados ao plenário para início da Ordem do Dia.

NELSON PROENÇA (PMDB, RS) - Denúncia de favorecimento a empresa de propriedade do Secretário de Comunicação Social do Rio Grande do Sul, contratada, sem licitação, pelo Governo do Estado.

INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL, PE) - Aprovação, pelo Senado Federal, de contratação de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID para incremento de pequenas e microempresas e de cooperativas. Relevância da participação das empresas de pequeno porte para geração de empregos e desenvolvimento da economia nacional.

MARCELO BARBIERI (PMDB, SP) - Manifestação de trabalhadores do setor sucroalcooleiro em defesa da implantação, pelo Governo Federal, de política revitalizadora do setor.

NELSON MARQUEZELLI (PTB, SP) - Excelência dos resultados auferidos pela cotonicultura brasileira para o equilíbrio da balança comercial do País.

LUÍS EDUARDO (PSDB, RJ) - Aumento abusivo dos preços dos medicamentos pela indústria farmacêutica.

MARIA DO CARMO LARA (PT, MG) - Crescimento do índice de desemprego no País. Responsabilidade da Casa no enfrentamento do problema.

DR. HELENO (PSDB, RJ) - Anúncio de implantação, pelo Prefeito Zito, do Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, do Programa Bolsa-Escola para menores carentes. Elenco de medidas adotadas pelo administrador municipal para melhoria do ensino aos caxienses. Apoio à implantação de escolas profissionalizantes na região.

PRESIDENTE (Michel Temer) - Visita do Presidente da Assembléia da República de Portugal, Deputado António de Almeida Santos, ao Parlamento brasileiro.

ANTÓNIO DE ALMEIDA SANTOS (Presidente da Assembléia da República de Portugal) - Agradecimento ao Presidente Michel Temer pela receptividade. Natureza familiar da visita do orador ao Brasil. Orgulho da nação portuguesa pela participação na formação da identidade do povo brasileiro. Adaptação dos Parlamentos mundiais ao mundo moderno. Convite aos membros da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional para visita a Portugal. Anúncio de realização de encontro entre Presidentes de Parlamentos ibero-americanos, em Maputo, Moçambique.

INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL, PE - Pela ordem) - Saudação ao Deputado António de Almeida Santos, Presidente da Assembléia da República de Portugal. Adaptação do Brasil à nova realidade mundial com as reformas constitucionais promovidas pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Importância da integração entre os Parlamentos brasileiro e português.

ANTÓNIO DE ALMEIDA SANTOS (Presidente da Assembléia da República de Portugal) - Agradecimento ao Deputado Inocêncio Oliveira pelas palavras elogiosas. Necessidade de evolução dos Parlamentos em face da globalização econômica. Convicção do orador quanto ao estabelecimento de cooperação mútua entre os Parlamentos brasileiro e português.

PRESIDENTE (Michel Temer) - Designação de comissão de Parlamentares para acompanhamento da comitiva do Presidente da Assembléia da República de Portugal à saída da Câmara dos Deputados.

V - ORDEM DO DIA

PRESIDENTE (Michel Temer) - Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 1999, que aprova o texto do Acordo sobre a Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia, em Brasília, em 21 novembro de 1997.

Usou da palavra para proferir parecer ao projeto, em substituição à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, o Sr. Deputado WALTER PINHEIRO.

PRESIDENTE (Michel Temer) - Comunicação ao Plenário da existência sobre a mesa de parecer do Sr. Deputado Ricardo Berzoini, em substituição à Comissão de Finanças e Tributação.

Usou da palavra para proferir parecer ao projeto, em substituição à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, o Sr. Deputado SÉRGIO MIRANDA.

PRESIDENTE (Michel Temer) - Encerramento da discussão.

Votação.

Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados REGIS CAVALCANTE, BISPO WANDERVAL, CLEMENTINO COELHO, EDUARDO SEABRA, DR. HÉLIO, CELSO RUSSOMANNO, WALTER PINHEIRO, CEZAR SCHIRMER, JOÃO ALMEIDA, INOCÊNCIO OLIVEIRA, DUILIO PISANESCHI.

PRESIDENTE (Michel Temer) - Aprovação do projeto.

Votação e aprovação da redação final.

Encaminhamento da matéria ao Senado Federal.

PRESIDENTE (Michel Temer) - Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 1999, que aprova o texto do Protocolo de Emenda ao Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), firmado em Caracas, em 14 de dezembro de 1998.

Usou da palavra para proferir parecer ao projeto, em substituição à Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, a Sra. Deputada ELCIONE BARBALHO.

Usou da palavra para proferir parecer ao projeto, em substituição à Comissão de Finanças e Tributação, o Sr. Deputado BASÍLIO VILLANI.

Usou da palavra para proferir parecer ao projeto, em substituição à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, o Sr. Deputado CEZAR SCHIRMER.

PRESIDENTE (Michel Temer) - Encerramento da discussão.

Votação.

Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados INOCÊNCIO OLIVEIRA, JOÃO ALMEIDA, DUILIO PISANESCHI, CELSO RUSSOMANNO, CAIO RIELA, BISPO WANDERVAL, DR. HÉLIO, WALTER PINHEIRO, CLEMENTINO COELHO, REGIS CAVALCANTE, CEZAR SCHIRMER.

PRESIDENTE (Michel Temer) - Aprovação do projeto.

Votação e aprovação da redação final.

Encaminhamento da matéria ao Senado Federal.

PRESIDENTE (Michel Temer) - Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 1999, que aprova o texto da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, concluída na cidade de Haia, em 25 de outubro de 1980, com vistas à adesão do Governo brasileiro.

Usou da palavra para proferir parecer ao projeto, em substituição à Comissão de Seguridade Social e Família, o Sr. Deputado DR. HÉLIO.

Usou da palavra para proferir parecer ao projeto, em substituição à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, a Sra. Deputada ZULAIÊ COBRA.

PRESIDENTE (Michel Temer) - Encerramento da discussão.

Votação da emenda apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados INOCÊNCIO OLIVEIRA, CAIO RIELA, CELSO RUSSOMANNO.

PRESIDENTE (Michel Temer) - Aprovação da emenda.

Votação e aprovação do projeto.

Votação e aprovação da redação final.

Encaminhamento da matéria ao Senado Federal.

VI - ENCERRAMENTO

I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Nelson Trad) - A lista de presença acusa o comparecimento de 58 Srs. Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II - LEITURA DA ATA

O SR. MARCUS VICENTE, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual, sem observações, é aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Trad) - Passa-se à leitura do expediente.

O SR. procede à leitura do seguinte

III - EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE (Nelson Trad) - Finda a leitura do expediente, passa-se
às

IV - BREVES COMUNICAÇÕES

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Geraldo Simões.

O SR. GERALDO SIMÕES (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governo anunciou esta semana um pacote para, segundo ele, conter os gastos com o funcionalismo público federal e aumentar a eficiência da máquina administrativa. As medidas do pacote incluem a colocação em disponibilidade e o remanejamento de servidores, a redução de salários com a diminuição de jornada de trabalho e a criação de um plano de demissão voluntária, o PDV, em caráter permanente.

Sr. Presidente, quero reafirmar que quem se deu bem com o PDV no Brasil foi a Ministra Cláudia Maria Costin e seu esposo, que levaram 300 mil reais dos cofres públicos. Ambos continuam felizes no Governo, recebendo salários de 15 mil reais.

Sr. Presidente, a turma do Governo não conhece nosso País. Dos 160 milhões de habitantes, são apenas 510.562 servidores públicos federais civis na administração direta, nas autarquias e fundações do Poder Executivo. É um número muito baixo, se comparado com o dos países que o Presidente tanto admira, tanto fala e tanto visita. É um número baixo, repito.

São servidores com remuneração bastante reduzida, e há cinco anos não recebem reajuste. Deles tiraram a data-base e aumentaram a contribuição previdenciária. Negam-lhes direitos obtidos na Justiça e os lesam com aumentos extorsivos nos credenciamentos médicos contratados pelo Governo. Nos últimos cinco anos, o credenciamento médico a que têm direito os servidores aumentou em torno de 400%.

Agora, a Secretária de Gestão do Ministério do Orçamento e Gestão, Ceres Alves Prates, fala em colocar em disponibilidade o servidor que não apresentar bom

desempenho. Parece piada! Como vamos avaliar o desempenho do servidor em um país que não tem políticas públicas, plano de trabalho, política para pesquisa agropecuária para extensão, programa para ciência e tecnologia, educação e saúde? Como avaliar o desempenho do servidor público federal, se temos um governo imobilizado, inoperante, que não trata das coisas do País? Vai avaliar o quê? Qual vai ser o critério? Será que se vai avaliar somente o amigo do chefe, do diretor de plantão? É impossível avaliar os servidores públicos federais, já que não há nenhum serviço público funcionando no País, pela inoperância e pela irresponsabilidade do Governo.

Sr. Presidente, quando se fala em avaliação e desempenho, acho que o Presidente da República é quem está sendo avaliado. Esse, sim, está sendo avaliado pela sabedoria da população, pelo servidor público, pelo empresário, pelo agricultor, pelo desempregado e pelo assalariado. O povo está avaliando o Presidente da República. É uma avaliação sofrível. A última pesquisa, que tentaram esconder, mas não conseguiram, mostra que o Sr. Presidente da República é rejeitado por 51% do nosso povo, que o considera ruim ou péssimo, e a avaliação não é pior do que isso porque não existe outra palavra. Trinta e dois por cento o consideram regular. Apenas 15% dos entrevistados consideraram o Governo bom e muito bom.

Então, Sr. Presidente, se é para considerar tudo direitinho, como manda o figurino, está aí um servidor avaliado de maneira sofrível pela sua inoperância, pela sua preguiça: o Presidente da República. Apenas 15% da população o aprovam. Nesse caso, não existe avaliação melhor, feita com a sabedoria popular, do que essa aferida pela pesquisa Vox Populi em relação ao Presidente da República, que tem um desempenho sofrível. Portanto, este, sim, deveria ser demitido a bem do

Serviço Público Federal, e não os servidores públicos espalhados por este Brasil, há cinco anos sem reajuste, tão perseguidos pelo Presidente da República e seus colaboradores.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, volto à tribuna hoje para falar do abuso relativo ao reajuste do preço dos remédios.

A capa do **Correio Braziliense** de hoje é muito feliz: "Remédios — Aumento médio nos últimos 5 meses: 60%; Inflação nos últimos 5 meses: 3,74%". Nos últimos doze meses, tranqüilamente, daria para dizermos que inúmeros remédios, aqueles que têm de ser tomados até o fim da vida, aumentaram mais de 100%. Ora, se inúmeros remédios aumentaram mais de 100%, devo perguntar: e o salário mínimo? Não há como vincular esses 4,6%? E como ficam os 12,8 milhões de aposentados e pensionistas que percebem o salário mínimo e dependem desses remédios?

Quem assistiu ontem à noite aos telejornais viu que há um desespero generalizado da população, que constata que aquilo que percebe não dá nem para comprar os medicamentos. Se os remédios aumentaram 60%, 70% — e vou ficar com essa média, porque sei que vários deles tiveram aumento de 100% —, quanto recebeu de reajuste, nesse período, o servidor público, o pensionista e o aposentado? Eles tiveram zero por cento de aumento, só nos últimos doze meses, sem falar nos mais de quatro anos sem reajuste algum.

Fico impressionado de ver alguns Parlamentares da base governista dizendo que tudo está bem. No entanto, até as igrejas estão sendo assaltadas. Não por assaltantes comuns, mas por desempregados, que assaltam a igreja para buscar meia dúzia de reais para comprar o pão. Na rua, pessoas estão sendo assaltadas por causa de cinco, seis reais. O desemprego chegou a um patamar absurdo. Pesquisei ontem o nível de desemprego no Chile, no Paraguai, na Argentina, no

Uruguai e na Rússia. Nenhuma taxa de desemprego desses países pode ser comparada com a do Brasil.

Infelizmente, alguns não entendem, não querem ver o motivo de o Presidente da República estar com uma aceitação de apenas 15%. Quinze por cento, Sr. Presidente! Acho que nem Collor nem Sarney chegaram a tal patamar. Pode-se ter certeza de que em seguida vai estar em torno de 10%. E eles não sabem o porquê.

É só olhar a conjuntura e vamos perceber que o povo tem clareza do que está acontecendo. Tudo foi privatizado, e o resultado, pífió: a taxa de juros continua sendo uma das mais altas do mundo, não há investimento na saúde e na educação, não há política de emprego.

E agora, Sr. Presidente, essa questão dos remédios é da maior gravidade. Não são só números, são milhões e milhões de pessoas que não conseguem comprar com sua aposentadoria sequer os remédios de que necessitam para viver. E o Governo diz que há um acordo feito com os fabricantes de remédios. Para os fabricantes de remédios há a explicação de que o dólar disparou em relação ao real; então, oficializa-se o reajuste absurdo. Para o trabalhador que recebe salário mínimo, não. Se aumentar o salário de trabalhador, de aposentado, de pensionista, vai quebrar o País.

Sr. Presidente, a revolta da população é enorme, de ponta a ponta deste País. Agora, sim, no meu entendimento, podemos estar entrando em um processo de convulsão social. E a responsabilidade é do Governo que está aí. Por isso as pesquisas refletem exatamente a verdade do quadro que se apresenta. Se são 15% ainda hoje, com certeza serão 10% amanhã. Alguma coisa tem que ser feita.

Pior do que a incompetência do Executivo é a irresponsabilidade do Congresso Nacional, que nada faz para mudar esse quadro, a não ser dizer somente amém a tudo aquilo que vem do Palácio do Planalto.

O SR. AVENZOAR ARRUDA (PT-PB. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, a Constituição Federal, no seu art. 37, inciso X, modificado pela Emenda Constitucional nº 19, prevê que a revisão do salários dos servidores públicos aconteça anualmente. Sr. Presidente, essa emenda foi promulgada e publicada no dia 4 de junho de 1998; portanto, no próximo dia 4 de junho, sexta-feira, a determinação da Constituição Federal de que deve haver uma revisão no salário dos servidores públicos estará completando um ano. No entanto, o Governo não se pronuncia sobre o assunto.

É claro que agora estamos diante de um novo ordenamento jurídico. Pelo que ouvi aqui nesta Casa e li nos jornais, o Governo adota um procedimento que se resume no seguinte: se for para defender o interesse público, é permitido, inclusive ao Presidente da República e a seus Ministros, atuar na ilegalidade, ou seja, contra a legislação. Ora, se é assim, o que nos resta saber é se nesse caso reajustar o salário dos servidores públicos está de acordo com o interesse público.

É lógico que o Governo vai dizer que defender o interesse público significa não reajustar os salários dos servidores. E como quem julga o que está de acordo ou não com o interesse público é o próprio Governo, a questão estará resolvida. Ou seja, quando o Governo quiser descumprir qualquer lei, basta que invoque o interesse público. E invocando o interesse público, pedirá a alguém de sua própria equipe que julgue se algo está ou não de acordo com o interesse público. E certamente, como o julgamento será favorável, estará resolvido todo o problema do ordenamento jurídico e também da Constituição Federal.

A pergunta que podemos fazer é a seguinte: para que a Constituição? Para que a legislação? Para que aquele inciso X do art. 37 da Constituição Federal em

que se estabelece que anualmente haverá uma revisão de salários? Se já não existe mais o Governo constitucional, se o Governo e esta Casa, que tem também a obrigação de fazer cumprir a Constituição, não se pronunciam, se ninguém se pronuncia, se o Governo pode a qualquer momento argüir que em interesse do público poderá descumprir o ordenamento jurídico que está posto no País, para que ter uma Constituição?

Sr. Presidente, estamos hoje não mais sob um Governo regido por uma legislação. Estamos hoje não mais sob um Governo que respeita a Constituição, e sim sob um Governo que começa a teorizar algo extremamente perigoso — a vontade do governante ser mais importante que a lei. Essa é a questão. E não acredito que possamos chegar muito distante com um procedimento como esse.

É claro que sempre quem diga, como já se disse nesta Casa, que a situação dos servidores públicos tem de ser encarada do ponto de vista do interesse maior. Mas, pergunto eu, a Constituição Federal também não foi feita para proteger interesses individuais tanto quanto os coletivos, interesses de categorias específicas, de segmentos sociais? Se ela serve para assegurar prerrogativas às autoridades, serve também para assegurar direitos coletivos e individuais. E o direito dos servidores públicos? Não estaria assegurado no referido artigo emendado?

Não estou mais falando da Constituição escrita em 1988, porque evidentemente essa o Governo sempre vai dizer que precisa ser mudada. É da emenda constitucional que estamos falando. Ou seja, o Governo não cumpre a Constituição nem suas emendas.

Então, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos entrando em um regime perigoso, em que o Alto Mandatário se considera acima da lei e da ordem. E uma situação como essa já sabemos a que leva o País.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB-AM. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, companheiras e companheiros, comunico à Casa que daqui a alguns instantes participaremos de uma audiência pública organizada pelas Comissões de Agricultura e Política Rural e da Amazônia e de Desenvolvimento Regional para debater, mais uma vez, a liberação e o registro de produtos e alimentos transgênicos em nosso País.

Sabemos que essa não é uma polêmica nacional, mas sim internacional, e se justifica em decorrência de ser essa técnica de modificar produtos extremamente nova para o mundo inteiro e em particular para o nosso País. Infelizmente, em nosso entendimento, em nossa concepção, ela não tem sido tratada de maneira responsável, com a atenção que o assunto mereceria por parte do Governo Federal, particularmente dos Ministérios de Ciência e Tecnologia e de Agricultura, visto que existe uma pressa, pressa essa inaceitável, em não apenas liberar, mas em também permitir o mais rápido possível o plantio e a comercialização desses organismos geneticamente modificados.

É bom ressaltar, Sr. Presidente, que grande parte da comunidade acadêmica e científica do nosso País e do mundo inteiro levanta dúvidas e questionamentos que merecem não apenas ser debatidos, mas levados em consideração pelo Governo Federal. Não existe ninguém, até mesmo entre aqueles que defendem com muita veemência a liberação, o plantio, a comercialização desses produtos, que não reconheça que há um desconhecimento, que existe uma grande lacuna no sentido de se apontar os efeitos negativos ou positivos que a utilização desses produtos, desses organismos geneticamente modificados, poderá trazer não somente à saúde humana e animal, mas também ao meio ambiente. É essa, por

exemplo, a opinião de integrantes da SBPC, é essa a opinião de grande parte dos pesquisadores da EMBRAPA — e é bom deixar claro que a posição oficial da EMBRAPA é favorável à liberação desses produtos, apesar de a grande maioria de seus pesquisadores, de seus cientistas, ter uma preocupação, uma cautela muito grande em relação à matéria.

Sr. Presidente, hoje foi amplamente divulgado pelos meios de comunicação, particularmente pelo jornal **Zero Hora**, do Rio Grande do Sul, que estampa matéria a respeito na primeira página, o resultado de uma reunião interministerial que teria ocorrido no dia de ontem, envolvendo os Ministros da Ciência e Tecnologia e da Agricultura e do Desenvolvimento, que decidiram liberar o registro de cinco variedades de soja modificada para a empresa norte-americana Monsanto. Veja a gravidade, Sr. Presidente! Tínhamos a esperança de que a maturidade, a lucidez, a responsabilidade fosse prevalecer nessa reunião interministerial. Mas, não; infelizmente, demonstrando mais uma vez que o interesse do Governo Federal é atender imediatamente à reivindicação da Monsanto, ontem acabou de ser anunciada a liberação do registro dessas cinco variedades de soja modificada, sendo que a comercialização de suas sementes já deverá ocorrer, infelizmente, na próxima safra. E mais: a matéria mostra ainda que a própria Monsanto já tem reservado, em seus depósitos na Argentina e no México, uma quantidade suficiente de sementes para serem utilizadas na próxima safra.

Sr. Presidente, isso é muito grave. Não é um problema para ser debatido apenas por técnicos e cientistas, mas por toda a sociedade, porque, repito, não existe segurança em relação aos efeitos que esses produtos poderão causar à saúde humana. Pelo contrário, a própria direção da EMBRAPA, favorável à liberação desses produtos, diz que a empresa está se capacitando para realizar

pesquisa e análise de segurança alimentar e ambiental, ou seja, ninguém, nem a Monsanto, no País e no mundo, sabe dizer com segurança quais os efeitos que esses produtos trarão à população e ao meio ambiente.

Sr. Presidente, repudio a decisão tomada pelos Srs. Ministros, e, logo mais, estaremos discutindo a matéria. Continuaremos pressionando o Governo, politicamente ou através da Justiça, para que essa barbaridade não seja permitida em nosso País.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Município de Parati, no sul do Estado do Rio de Janeiro, é marcado principalmente pela luta pela terra. Na comunidade da praia de São Gonçalo existe um processo de luta história dos caiçaras, que ali sobrevivem há anos e que continuam a ser ameaçados pela multinacional White Martins. A empresa tenta expulsar da área remanescentes dos caiçaras, que nos últimos trinta anos têm sido jogados à própria sorte nas favelas de Parati, no Estado do Rio de Janeiro.

Há algum tempo esses ataques e provocações de capangas armados durante a noite e a madrugada já se tornaram uma rotina nesse local. Por isso o Comitê Zequinha Vive — cujo nome faz referência a um dos expoentes na luta de resistência para a continuidade da comunidade caiçara, que foi brutalmente assassinado recentemente — está denunciando a postura intransigente, inexplicável e inaceitável da White Martins de intimidar justamente aqueles que insistiram em permanecer nas suas terras, utilizando os métodos que numa sociedade livre e democrática, que vai para o terceiro milênio, já deveriam estar abolidos: a pressão com ameaças de morte.

Sr. Presidente, mudando de tema, quero fazer um alerta a esta Casa. Fala-se muito da violência atualmente e as manchetes hoje noticiam que o Presidente vai enviar um projeto de lei a esta Casa proibindo a negociação, a venda de armas no País. Mas essa violência tem várias faces, e não há nada mais violento do que tolher a expectativa de uma população jovem na busca do saber e do conhecimento.

Está no jornal **O Globo** de sexta-feira, 16 de abril de 1999: a jovem Andréa da Fonseca, que fez o concurso público de seleção para entrar no Colégio Pedro II, um dos mais conceituados colégios públicos do Rio de Janeiro, conta em carta que estudou, fez os cursos e passou na prova de seleção para esse colégio público, e está decepcionada porque, há quase um ano estudando, ainda não tem professor de Filosofia, Inglês, Francês e Desenho Geométrico. Para resolver o problema, a direção da escola resolveu diminuir em cinco minutos cada uma das aulas dessas matérias. A aluna diz que isso implica um déficit de 35 minutos de aula em uma semana.

O Governo, que, por intermédio do Ministro Paulo Renato, anuncia que vê a educação como uma prioridade, devia atentar à carta dessa jovem, que estudou o ano inteiro, passou na prova de seleção para um colégio público que é referência no Rio de Janeiro e agora diz que está decepcionada porque há quase um ano não tem professor para várias matérias e a solução que o colégio encontra é aumentar o horário do recreio e diminuir o número de horas-aula, ou seja, faz uso do jeitinho brasileiro para enganar a sociedade.

Nós, que dissemos que os jovens são o futuro deste País e a esperança de uma sociedade melhor, não podemos, de forma alguma, violentar o desejo e as aspirações dessas pessoas e acima de tudo sua expectativa de estudar e aprender.

A política do Governo de sucatear o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, é uma agressão àquela unidade de ensino, que já foi referência para gerações e gerações. O Governo não tem o direito de sucatear esse estabelecimento. A voz da estudante Andréa da Fonseca Magalhães é um apelo para que a educação seja tratada como prioridade de fato, e, acima de tudo, com respeito.

Esperamos que o Governo compreenda que matar o desejo de um jovem pelo saber é patrocinar uma das mais brutais violências, que é tolher a expectativa daqueles que buscam no ensino melhores condições de vida na sociedade brasileira.

O SR. CORONEL GARCIA (PSDB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, ocupo este espaço, hoje, apenas para falar sobre a facilidade com que se destrói, nos dias atuais, a imagem de um homem público, seja qual for a sua origem política ou ideológica.

O Brasil vive, nos dias atuais, uma verdadeira crise de identidade. Por mais que o Governo procure trabalhar, visando à busca do interesse nacional, mais se procuram ou se criam fatos com o objetivo de denegrir a imagem dos homens públicos que o compõe. A bem da verdade, às vezes são encontrados deslizes que, mesmo sem caracterizar improbidade administrativa, indicam a continuação de costumes de um passado em que muito se fazia sem dever contas à opinião pública.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, são costumes não recomendados, é verdade, mas que, aos poucos, vão sendo abolidos pelo próprio aperfeiçoamento da democracia no nosso País.

Não se pode maximizar esses fatos, a ponto de quase paralisar a ação do Governo com sensacionalismos exagerados que criam uma imagem negativa, prejudicial aos interesses do País, quer interna quer externamente.

O Estado Democrático tem que ser transparente para se aprimorar cada vez mais, mas é preciso separar o joio do trigo. Antes de estampar nos jornais assuntos que atingem a honra de homens públicos, é necessário identificar as fontes, para que não sejamos veículos de informação de grupos que querem fazer prevalecer os seus interesses acima dos interesses nacionais.

Cito, como exemplo, a campanha que se faz atualmente contra o Gen. Alberto Cardoso, Chefe da Casa Militar. Cardoso é um militar excepcional. Homem

probo, alcançou o aspirantado em 1962 e, com longos anos de carreira, atingiu o posto atual de General-de-divisão. Desempenhou funções de alto prestígio no Exército, como Comandante do Corpo de Cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras; foi instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, depois de ter sido um dos seus mais brilhantes alunos; fez o curso de Estado-Maior na República Oriental do Uruguai; foi oficial de ligação do Brasil na Força Interamericana de Paz, além de exercer muitas outras funções, em que angariou o respeito e a admiração de milhares de homens na Força Terrestre que se dedicam inteiramente à defesa da nossa Pátria, embora tão incompreendidos nos dias atuais.

Deixo aqui, meus prezados colegas, essas palavras para nossa meditação, a fim de que não façamos coro com certas indignidades criadas, como faço questão de frisar, para denegrir a imagem do Governo e atender a certos interesses escusos.

Considerando a atuação do Gen. Cardoso na área da inteligência, na Secretaria Nacional Antidrogas, no combate ao narcotráfico e mesmo na Casa Militar, não seriam, talvez, grupos com interesses prejudicados que estariam tentando atingir a imagem deste ilustre Chefe Militar, com o objetivo de afastá-lo da missão?

Assim como ele, Srs. Deputados, tantos outros, sem direito de defesa, são atacados impunemente com calúnias que são como penas soltas ao vento, que, por mais que se queira, não se pode juntá-las outra vez.

Peço, portanto, não complacência, mas respeito com a vida de profissionais como o Gen. Cardoso, um líder militar com mais de 40 anos de excelentes serviços prestados com dedicação integral à sua Pátria.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ROLAND LAVIGNE (PFL-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna com uma preocupação quanto às eleições de Prefeitos e Vereadores do ano que vem.

Há um preceito constitucional que institui que os Prefeitos podem concorrer à reeleição. Creio que o Congresso Nacional não deveria, de forma alguma, fazer retaliação aos Prefeitos, visto que o Presidente da República e os Governadores concorreram aos cargos no exercício dos seus mandatos. Entretanto, Sr. Presidente, há uma diferença muito grande entre um Presidente da República ou um Governador concorrer e um Prefeito. Sabemos que a corrupção que se alastra neste País tem origem, sobretudo, nos Municípios.

Estamos vendo, no atual relatório do MEC, que um grande número de Prefeitos está desviando dinheiro do FUNDEF. Evidentemente, o Congresso Nacional precisa fazer uma lei para evitar que esses Prefeitos sejam candidatos, visto que, se isso ocorrer, vai haver um verdadeiro desmando na máquina administrativa municipal, uma corrupção sem freios nos Municípios, o que certamente vai comprometer a vida do Município, do Estado e do País.

Portanto, Sr. Presidente, é hora de a Câmara dos Deputados iniciar um processo de discussão sobre uma lei que vai reger as eleições do ano 2000. Se isso não acontecer, muitos Prefeitos vão sucatear seus Municípios em busca da reeleição.

Outra questão com a qual temos de nos preocupar é que Prefeito corrupto, que está sendo condenado pelo Tribunal de Contas dos Municípios e da União, não pode ser candidato. O que vemos neste País — e a Justiça contribui para isso — é uma protelação condenatória desses Prefeitos e ex-Prefeitos, que, através de

recursos e mais recursos, tentam protelar as decisões judiciais, para que possam novamente ser candidatos e enganar o povo.

Sr. Presidente, um ex-Prefeito da Bahia foi condenado e denunciado pelo então Procurador-Geral da República, Aristides Junqueira. Hoje, ele é Prefeito de Ilhéus, mas está sendo denunciado por crime de formação de quadrilha, corrupção, tráfico de influência e por desvios de recursos federais para a construção de 411 casas populares no Município de Ilhéus. Seu processo ficou parado na Câmara dos Deputados, sem que a licença fosse concedida, por quatro anos, retornando ao Tribunal de Justiça da Bahia, onde, a passos pequenos, está andando. Esse Prefeito, novamente, diz-se candidato à reeleição, numa afronta à Justiça, à dignidade popular e às leis.

O Congresso Nacional tem de reunir-se para decidir que Prefeito corrupto e ex-Prefeito corrupto não podem ser candidatos. Temos de fazer uma lei dura para que se preserve a moralidade neste País, para que maus Prefeitos não possam ser reeleitos, para que Prefeitos que estejam roubando do FUNDEF sejam execrados da vida pública; só assim o Congresso Nacional se reafirmará perante a população brasileira.

Não podemos conceber que Prefeitos denunciados por procuradores e condenados pelos Tribunais de Contas dos Municípios ou pelo Tribunal de Contas da União possam dizer-se paladinos da moralidade e voltem a disputar eleições. Aqueles que demonstraram competência, que prestaram bons serviços a sua comunidade devem ser reeleitos, mas não os considerados corruptos. Se isso acontecer, mais uma vez a sociedade brasileira nos condenará por omissão, por não termos discutido, até o presente momento, uma lei enérgica que impeça Prefeitos e ex-Prefeitos corruptos de candidatarem-se ao cargo de Prefeito.

Sr. Presidente, pelo menos na Bahia o símbolo dessa corrupção é o Sr. Jabes Ribeiro, Prefeito de Ilhéus, denunciado pelo ex-Procurador-Geral da República, Aristides Junqueira, por crime de formação de quadrilha e corrupção.

Muito obrigado.

O SR. SIMÃO SESSIM (PPB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no **Diário Oficial** da União do dia 28 de maio que passou, o Governo Federal fez publicar edital de licitação para a construção de cinqüenta novos presídios no Brasil, quatro deles no Estado do Rio de Janeiro. Os estabelecimentos custarão cerca de R\$300 milhões aos cofres públicos e, por privilegiar o respeito e a obediência aos direitos humanos, nada ficarão a dever aos mais modernos do mundo: terão oficinas profissionalizantes e de trabalho, pavilhões industriais e ambulatórios para tratamento médico-dentário. Jovens, adultos e idosos ocuparão dependências específicas, cujas celas não acolherão mais do que quatro detentos, com direito a dormitório para visitas íntimas. Como ressaltou o Ministro da Justiça, Renan Calheiros, finalmente nossas prisões poderão reeducar e recuperar os que as povoam, devolvendo-os à sociedade não como indivíduos perigosos e suspeitos, mas como pessoas confiáveis, homens e mulheres dispostos a ganhar a vida à custa do trabalho honesto, do desempenho de uma profissão que os dignifique como cidadãos e os promova como seres humanos.

Com as novas casas de detenção, o sistema penitenciário brasileiro poderá receber mais 16.690 apenados, alívio substancial para o gigantesco déficit de quase 200 mil vagas que se acumulam em todo o País. Carência de que resulta uma pressão enorme sobre os agentes da lei e da Justiça: delegacias em que presos são deixados ao abandono durante meses, presídios em que milhares de detentos se amontoam onde não caberia a metade, tudo levando as explosões de violência, as fugas em massa, às rebeliões sangrentas a que assistimos vez por outra nos noticiosos da tevê. Nessas novas instituições, calcula-se que cada preso custará ao

Governo 6 mil dólares por ano, pouco menos do que os 8 mil dólares da média internacional.

"É muito dinheiro para sustentar um preso", dirão os contribuintes mais rigorosos, com os quais concordaríamos se gastasse tanto apenas para "sustentar" quem cometeu um crime: parece-nos, porém, que a quantia se aplicará exatamente na recuperação do criminoso, na qualificação profissional do detento, na promoção humana do condenado, na ressocialização do presidiário. Já não toleramos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ver as penitenciárias brasileiras reduzidas a depósitos de homens, a calabouços de presos, a catacumbas de almas, verdadeiros infernos dos quais sairão elementos mais perigosos, delinquentes mais agressivos, criaturas revoltadas com o esquecimento, com o desprezo e com a desonra a que foram submetidas durante décadas. Esse, sim, é um dinheiro mal gasto, pois que se emprega não para resgatar quem se perdeu nas sendas da perversão e do erro, mas para agravar o problema, para negar a quem se desviou o direito que todos temos à recuperação e ao arrependimento.

Destaque-se, também, a atenção que se vem dando às penas alternativas que substituem o encarceramento. Em vez da privação da liberdade e do convívio social, imponha-se a prestação de serviços à comunidade, à assistência a escolas, creches, hospitais, e desenvolveremos duas importantes ações simultâneas: a de apoio a valiosos projetos sociais e a de esvaziamento das prisões. Segundo esse conceito, nos novos presídios os pavilhões de trabalho serão unidades de produção: o Governo entrará com o local e o BNDES com os recursos para a aquisição de máquinas e equipamentos. Além do salário que vai receber, o detento abaterá um dia da pena para cada três dias trabalhados.

Esse, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o registro que fazemos da nova era que se anuncia para o sistema penitenciário brasileiro. Com a construção de institutos penais decentes e modernos, homens e mulheres cumprirão a pena que lhes estabeleceu a Justiça não mais à custa do opróbrio, da desonra, mas como brasileiros que poderão viver e trabalhar honestamente para se fazer dignos da confiança, do respeito e da estima da sociedade a que pertencem.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ CARLOS ELIAS (PTB-ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero registrar, nesta tribuna, a notícia de que o Governo Federal, em convênio com o Governo do Estado do Espírito Santo, vai investir 60 milhões de reais para a construção da Rodovia do Sol no norte do Estado do Espírito Santo. Esta rodovia liga os Municípios de Linhares, Pontal do Ipiranga, Guriri e Conceição da Barra.

Esses recursos provêm do Programa de Desenvolvimento do Turismo — PRODETUR. Sua aplicação para essa obra dará novo impulso ao turismo nos Municípios de Linhares, São Mateus e Conceição da Barra.

A construção da Rodovia do Sol também permitirá a exploração de atividades turísticas, construção de hotéis, empreendimentos de lazer e ecoturismo, empreendimentos na área da alimentação, entre outros. Estão previstos ainda investimentos na construção de marinas na Lagoa Juparanã, urbanização da orla marítima e melhoria dos aeroportos.

Sendo o Estado possuidor de diversas opções de turismo, esses investimentos serão bem-vindos. Desenvolver o turismo é desenvolver o Estado, é melhorar a qualidade de vida da população e de toda a infra-estrutura dos Municípios.

O Espírito Santo recebe 1,5 milhão de turistas por ano. Dessas, 700 mil são do próprio Estado e 800 mil dos outros Estados do Brasil e do exterior. O Espírito Santo ocupa o 11º lugar no Brasil entre os Estados receptores de turistas.

Sr. Presidente, hoje o turismo é uma das atividades que mais se desenvolve no mundo e a que produz maior rentabilidade. Desenvolvendo-se essa indústria

nosso Estado com certeza dará um salto para o desenvolvimento, pois haverá geração de empregos e de renda.

Quero por isso parabenizar o Governador do Estado do Espírito Santo, José Inácio Ferreira, e a nossa bancada neste Congresso Nacional, pelo esforço que fazem com relação ao desenvolvimento dessa importante área, para a qual estão previstos para este ano recursos do PRODETUR, por estar o norte do Espírito Santo enquadrado na área da SUDENE, benefícios que representarão grande alavancagem para toda a região norte do Espírito Santo.

Queremos também, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fazer um agradecimento especial ao Governador do nosso Estado por ter readmitido 685 policiais que haviam sido demitidos através de liminar do Tribunal de Justiça do Espírito Santo. O nosso Governador, através de uma jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, esta semana readmitiu esses policiais que muito vinham contribuindo com a segurança pública do nosso Estado, mas não tiveram o reconhecimento de outros Governos.

Sr. Presidente, esses policiais tinham sido demitidos, e hoje o Governador do nosso Estado, num ato de justiça, fez com que eles voltassem a ter tranquilidade junto às suas famílias e a dar tranquilidade, por meio de trabalho que aprenderam em curso na Polícia Militar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero também aproveitar esta oportunidade para dizer que a bancada do Espírito Santo nas duas Casas do Congresso Nacional estiveram ontem reunidas para traçar um perfil da atuação junto ao PPA do Governo Federal. Deveremos traçar normas para que o Espírito Santo seja inserido nos planos de investimento que o Governo Federal venha a fazer. Embora o nosso Estado Santo esteja na Região Sudeste, no Governo, às

vezes, é considerado como pouco representativo. No entanto, o Espírito Santo é um dos maiores exportadores pelo Porto de Vitória. Embora seja pequeno na Região Sudeste, muito tem contribuído para a alavancagem das nossas exportações, para a alavancagem do Brasil.

Meu pronunciamento é no sentido de que o Estado do Espírito Santo volte a ter os incentivos necessários para o seu desenvolvimento, principalmente para que seja bem contemplado neste PPA que o Governo Federal está para aprovar.

Era o que tinha a dizer.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, estamos acompanhando há alguns meses, no País inteiro, movimentação dos nossos cientistas e pesquisadores no sentido de que as pesquisas em geral e especialmente a pesquisa agropecuária façam parte das preocupações do Governo Federal e entrem na ordem do dia. No entanto, em que pesem o esforço, o apelo, as reivindicações e a grita dos nossos pesquisadores e cientistas, não vemos nenhuma mobilização por parte do Governo Federal.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, há poucos dias os jornais do País inteiro registraram que o Governo Federal, numa atitude de Pilatos, simplesmente lavou as mãos no que diz respeito à questão da pesquisa, pois está querendo transferir aos Estados os encargos de investimento que sempre lhe couberam.

No Rio Grande do Sul, que vive o drama de não ter dinheiro para pesquisa, o Governo do Estado transfere responsabilidades em relação às quais é necessário um investimento de 20 milhões de reais, quantia duas vezes superior ao orçamento médio estadual para o setor nos últimos anos. E o Estado não tem condições de arcar com essas responsabilidades, porque não tem dinheiro, não tem recursos para bancar a pesquisa.

De acordo com dados da Academia Brasileira de Ciências, 17% dos investimentos em ciência e tecnologia no País são feitos por instituições públicas. As empresas privadas investem outros 17%, enquanto as universidades entram com 68% dos investimentos na área da pesquisa. A partir desses dados, é possível verificar que o Poder Público não investe em pesquisa nem a estimula, ficando o setor tão-somente sob a responsabilidade das universidades, que, como sabemos, estão capengas, sem recursos, descapitalizadas, principalmente agora, com a nova

Lei da Filantropia, que tira recursos das universidades e não lhes dá condições sequer de fazer o gerenciamento do cotidiano.

Sabemos que hoje o mundo não se divide mais entre capitalismo e socialismo — não é essa a divisão mais fecunda, embora exista entre os Estados Unidos e a Rússia. Não há mais o Muro de Berlim e a Nação brasileira não se divide mais entre MDB e ARENA. Hoje o mundo se divide, sim, entre os que andam ligeiro e os que andam devagar. E quem tem conhecimento, quem distingue o caminho e sabe para onde ir anda mais rápido. Quem não sabe para onde está indo, porém, não sabe sequer para onde deveria ir. Necessariamente, a pesquisa é o saber, é o conhecimento que lança a luz que ilumina os nossos caminhos rumo à construção do futuro desta Nação.

Hoje mesmo, Sr. Presidente, haverá um ato público promovido pela comunidade científica, em defesa da pesquisa agropecuária. Esses pesquisadores estão clamando, suplicando, estão pedindo verbas ao Ministério da Agricultura e Política Rural — e há dinheiro para banqueiro e para atirar pela janela. Mas, pergunto, onde estão os recursos da privatização? O dinheiro simplesmente sumiu. Não se construiu nada com os recursos da venda do patrimônio público. E os pesquisadores estão a mendigar, a suplicar migalhas, mas nem migalhas sobram para a pesquisa nacional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em relação aos transgênicos, estamos vendo a Monsanto credenciando novos cultivares, apresentando, enfim, a tecnologia do futuro. E isso gera grande dúvida: não haverá alguma implicação maior no que diz respeito à saúde do consumidor?

Se podemos dizer que estamos com um pé atrás quanto à pesquisa proposta pela Monsanto e aos transgênicos, não é menos correto dizer que essas pesquisas

são inevitáveis. Elas vão acontecer e terão de acontecer. Entretanto, ocorrerão apenas nos países que investem em pesquisa. Eles dominarão a tecnologia e nós seremos seus reféns.

Não adianta ficarmos à beira da estrada, com a boca escancarada e cheia de dentes, esperando a morte chegar, queixando-nos do mundo. Temos de fazer a nossa parte. Não adianta criticar a Monsanto por querer monopolizar a pesquisa — e devemos evitar o monopólio. Temos de fazer a nossa parte: liberar recursos, fazer com que a EMBRAPA tenha condições de promover pesquisas na agricultura para que enfim os nossos cientistas e pesquisadores sejam apoiados e bem remunerados, e tenham ânimo, vontade e convicção em relação àquilo que fazem.

Sr. Presidente, nosso apelo é no sentido de que o Governo acorde para esse problema, sob pena de chegarmos ao próximo século atrasados. O Brasil poderá chegar atrasado inclusive para ocupar seu espaço de liderança na América Latina.

Precisamos acordar para a pesquisa e para as necessidades dos nossos pesquisadores, sob pena de ficarmos parados no tempo.

O SR. PEDRO WILSON (PT-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta manhã, trazemos à Casa reflexões sobre a violência que tem acontecido em todo o Brasil, especialmente em Goiás.

A violência no campo e na cidade está novamente presente nos noticiários. Quase diariamente, são registrados sinais de violência e de impunidade nos Estados do Pará, Paraná, Piauí, Goiás, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e em Brasília.

E, nesse quadro, a violência policial também tem de ser registrada, principalmente diante das manifestações populares, das reivindicações, das lutas sociais. Assistimos a fatos lamentáveis, que devem ser objeto não só de protestos, mas de denúncia, para que consigamos alguma mudança na política de segurança pública neste País. Foi instalada uma Comissão Especial, mas até hoje não ocorreram mudanças em favor da sociedade. Assim, a política de segurança pública continua contrária à luta dos trabalhadores e daqueles que querem um mundo melhor.

Recentemente, em Goiânia, Aparecida de Goiânia, Betim, Salvador, Querência, Ortigueira, Paranaíba e Parauapebas foram registradas ocorrências de violência policial.

O que podemos fazer diante disso, Sr. Presidente? Temos uma Comissão Especial nesta Casa, e seu relatório está pronto, mas simplesmente não é votado. Enquanto isso, a política de segurança pública fica ao dispor da própria Polícia ou de Governadores que não querem uma segurança que leve em conta a comunidade, a luta por terra, por transporte alternativo, por moradia, por direitos sociais. Aqui em Brasília mesmo, onde ontem assistimos à manifestação de

milhares de pessoas de São Paulo, que pediam uma política para o álcool, o Governador tentou proibir manifestos dessa natureza.

As manifestações populares são o resultado da insatisfação popular. Nesse sentido, entendemos urgente que este Congresso estabeleça novas leis para a segurança pública do Brasil. Não podemos deixar que fiquem dormidas as audiências, as resoluções e o trabalho de uma Comissão que trabalhou durante quase um ano, sem que até hoje nada tenha aprovado, no sentido de podermos mudar a política de segurança, levando em conta que o cidadão é o portador da segurança, não da violência, principalmente da Polícia.

Sr. Presidente, nesta manhã queremos também registrar o nosso protesto diante da medida provisória e das portarias estabelecidas na semana passada pelo Governo, que tratam das entidades filantrópicas, educativas assistenciais e de saúde. Tais medidas não resolveram o problema dos estudantes que têm bolsa ou utilizam o crédito educativo, assim como não resolveram o problema das creches, da saúde pública e das Santas Casas — que fizeram grande manifestação na semana passada.

O Governo está empurrando a questão para outras entidades, não se importando com os milhares de estudantes das universidades filantrópicas, confessionais e comunitárias, como as universidades católicas, metodistas, escolas espíritas ou maçônicas, que têm relevantes serviços prestados ao Brasil. Infelizmente, Sr. Presidente, o Governo não tem ouvidos para essas justas reivindicações. Fica registrada a nossa solidariedade às universidades, às Santas Casas e às creches.

Para concluir, Sr. Presidente, gostaria de dizer que, no próximo dia 9, às 8h30min, no Auditório Nereu Ramos, estaremos fazendo o lançamento oficial nesta

Casa da Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Pública Brasileira. Solicito a adesão dos Srs. Deputados, a fim de atuarmos em defesa da autonomia, do financiamento e da avaliação interna e externa dessas instituições. Precisamos apoiar a luta das universidades públicas brasileiras, porque representam 90% do ensino, da pesquisa, da extensão e da ciência e tecnologia aqui produzidos.

Por fim, Sr. Presidente, solicitamos a V.Exa. e aos Srs. Deputados apoio ao movimento que está sendo feito pelos funcionários e gerentes da Caixa Econômica Federal contra sua privatização.

Na última sexta-feira, o Governo publicou o nome da firma que vai fazer a avaliação da Caixa Econômica Federal. A Caixa, essa instituição centenária, que tem prestado reais serviços ao povo brasileiro, não pode ser dividida, jogada no leito das privatizações que ocorreram no Brasil, com as quais não tivemos nenhum benefício. Onde está o dinheiro da privatização, que deveria ir para saúde, educação, assistência social, enfim, para o desenvolvimento brasileiro?

Na última sexta-feira, em Goiânia, participamos de amplo debate com todos os gerentes da Caixa Econômica Federal. Somos solidários à luta para que a Caixa se mantenha pública e a serviço do desenvolvimento econômico e, principalmente, social de todo o Brasil.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem foi divulgada nova pesquisa em relação ao desemprego no País. Embora essa pesquisa tenha tintas de otimismo quando menciona que o desemprego foi reduzido nos últimos trinta dias, a redução foi insignificante. Além disso, em um mês, a renda média do trabalhador foi reduzida em 1,39%. No trimestre, essa mesma renda foi reduzida em 4,17%.

Sr. Presidente, o mais importante e lamentável nessa pesquisa é a revelação de que a Região Metropolitana de Salvador continua a liderar os índices de desemprego em nosso País, com uma taxa que já chega a dois dígitos: no mês de abril, foi de 10,24%. Isso é significativo, se levarmos em consideração que a maior taxa de desemprego em nosso País é a da Região Metropolitana de Recife, de 8,94% — mais de um ponto percentual de diferença em relação a Salvador —, e que a taxa média no Brasil hoje está em torno de 8,2%. Portanto, em relação à média nacional, a taxa de desemprego na Região Metropolitana de Salvador é dois pontos percentuais maior. É um absurdo!

Mais grave ainda é o fato de que a Região Metropolitana de Salvador vem sucessivamente batendo recordes de desemprego em nosso País. O grupo político do Senador Antonio Carlos Magalhães, que controla o Governo do Estado, a Prefeitura Municipal de Salvador, assim como as demais Prefeituras da Região, nada faz para reduzir essa crescente tendência ao desemprego. Pelo contrário, tem como prática perseguir o comércio informal e permitir a redução de postos de trabalho. Só na Região Metropolitana de Salvador, 43% da mão-de-obra empregada é informal.

O Prefeito Antônio Imbassahy, desde que tomou posse, vem empreendendo implacável caçada ao comércio informal. Tem retirado da cidade de Salvador milhares de estabelecimentos de trabalhadores envolvidos nesse tipo de comércio. A Prefeitura de Salvador fez escola, porque em Camaçari, Candeias, Lauro de Freitas e outros Municípios a prática é a mesma: implacável perseguição ao comércio informal. Diz-se inclusive que o aumento da taxa de desemprego se deve à redução de postos de trabalho na indústria de transformação. Portanto, isso revela que o Governo do Estado é incapaz de reverter a tendência hoje existente de desindustrialização do Estado e de impedir que a Região Metropolitana de Salvador continue ostentando as maiores taxas de desemprego do País.

Tenho defendido — e reafirmo desta tribuna — que é necessário tomarmos alguma providência para reverter esse quadro. Uma das fórmulas encontradas, dentre as muitas que têm sido apresentadas, que inclusive defendi desta tribuna e encaminhei em expediente ao Governador César Borges e aos Prefeitos da região metropolitana do Estado da Bahia, é o Governo criar um programa de frentes de trabalho em parceria com as Prefeituras. Seriam recrutados trabalhadores desempregados, que receberiam como pagamento um salário mínimo, uma cesta básica, vale-transporte e seguro contra acidentes. Num turno, essa mão-de-obra seria treinada, qualificada; em outro, poderia prestar serviços comunitários — fundamentais neste momento em que Salvador se desmancha por causa das fortes chuvas que caem sobre a cidade e revelam que o Prefeito Antônio Imbassahy, em dois anos e meio, apenas maquiou a cidade, não investiu os recursos necessários em sua infra-estrutura.

Neste momento, seria mais do que oportuna a implantação das frentes de trabalho para ocupar essa mão-de-obra hoje desempregada na Região

Metropolitana de Salvador e no Município de Candeias, também duramente atingido pelas chuvas. Com a implantação desse programa, poderão ser realizadas obras nas encostas e poderá ser feita a drenagem não só em Candeias mas também em Simões Filho, Lauro de Freitas, Salvador, Mata de São João e em cidades como Vera Cruz e Itaparica.

Para o programa de frentes de trabalho poderão ser captados recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do FGTS.

Sr. Presidente, o Estado da Bahia tem de fazer sua parte. É lamentável — e isso foi objeto do nosso discurso ontem — que o Governo do Estado e as Prefeituras fiquem na dependência do repasse de recursos pelo Governo Federal (apenas 36 milhões) para resolver o grave problema dos desabrigados.

Portanto, aqui fica esta denúncia e este apelo para que as autoridades baianas deixem de fazer administrações de fachada e de investir no que não é prioritário para fazer o que é fundamental: investir no social, na geração de emprego e renda, para que Salvador e sua Região Metropolitana não continuem a ostentar esse vergonhoso título de campeãs do desemprego em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Delgado) - Com a palavra o Sr. André Benassi.

O SR. ANDRÉ BENASSI (PSDB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, um dos maiores flagelos de nossos dias, que precisa ser combatido com absoluto rigor e muita persistência, é o consumo de drogas, principalmente por número cada vez maior de adolescentes.

Propulsora da violência, destruidora de sonhos e dos valores do ser humano, a droga tem sido responsável por tragédias pessoais e familiares, e, mais do que isso, pela desesperança, pelo desamor que leva ao desapego pela própria vida crescentes parcelas de jovens e até crianças, que acabam empurradas para o mundo do crime e da inteira exclusão social.

Como homens públicos, depositários da confiança de ponderáveis segmentos da sociedade, temos a responsabilidade e a obrigação, Sr. Presidente, de lutar contra o consumo e a expansão das drogas, protegendo nossa juventude, as novas gerações, o futuro de tantos brasileiros que sucumbem ao vício, muitas vezes, movidos pela falta de perspectiva de sobrevivência digna e atraídos pelos apelos de falsa satisfação e euforia.

Em Jundiaí, Sr. Presidente, durante minha primeira gestão à frente da Prefeitura Municipal, de 1983 a 1988, iniciou-se um trabalho intenso de orientação a estudantes e jovens de um modo geral, objetivando preservá-los dos riscos e conseqüências do uso de drogas lícitas e ilícitas, e procurando prepará-los para um convívio familiar saudável, de absoluta integração e participação na sociedade.

Os anos passaram e esse trabalho foi-se solidificando na sociedade, principalmente nos meios escolares, propagando-se por meio de agentes

multiplicadores durante a minha segunda gestão à frente da Prefeitura de Jundiaí, de 1993 a 1996, com resultados positivos.

Agora, Sr. Presidente, elaborado e desenvolvido pelo Centro de Estudos de Problemas Nacionais e Regionais de Desenvolvimento Urbano e Social (CENDUS) e graças à atuação de abnegados idealistas, que dedicam esforços e parte de suas vidas a causa tão nobre, encontra-se em plena execução em Jundiaí o projeto Qualidade de Vida para Estudantes.

Trata-se de um veículo de conscientização, cujo objetivo é proporcionar aos jovens a dimensão da existência saudável e produtiva, geminando lideranças positivas que façam multiplicar o efeito da atração de mais adolescentes para a prática de condutas e caminhos de inteira rejeição às drogas.

São palestras envolvendo temas de interesse não apenas dos jovens mas de diversas faixas etárias, como dependência química, violência, sexualidade, gravidez precoce e relacionamento com os pais e grupos sociais. Daí o engajamento de alunos, pais, psicólogos, pedagogos, educadores, médicos, autoridades responsáveis pela área da segurança pública, enfim, uma participação plural em um trabalho que é coletivo e busca melhorar a qualidade de vida de toda a coletividade.

A primeira etapa desse projeto, Sr. Presidente, foi realizada ao final de abril e na primeira semana do mês de maio, no SESI 179, na Vila Progresso, um dos bairros mais adensados de Jundiaí, e empolgou a chefe seccional da Instituição, Maria de Lurdes Roque, até porque o SESI também desenvolve trabalho semelhante na escola, denominado de Círculo de Qualidade de Vida (CQV), com ótimos resultados, na forma de estudantes mais conscientes e articulados.

As equipes que contribuem e participam do trabalho do Centro de Estudos de Jundiaí têm realizado avaliações importantes a respeito desse projeto piloto,

cujos resultados são auspiciosos e nos motivam a prosseguir com a disposição de ampliar e difundir tal experiência. As respostas obtidas junto aos alunos de 5ª a 8ª séries demonstram enorme interesse por informações sobre os temas abordados, repercutindo intensamente na troca de idéias e nos diálogos próprios do convívio diário entre colegas e amigos de outras escolas.

Já se pode afirmar, com muita satisfação, que 25 escolas estão interessadas em levar o projeto Qualidade de Vida para seus estudantes de 5ª a 8ª séries, o que transmite a certeza de que estão sendo alcançados os propósitos de se formarem, entre os jovens, verdadeiros agentes multiplicadores, constituindo grupos de pressão positiva em favor da qualidade da vida.

Entendo ser essa a solução adequada e legítima para o combate à disseminação do uso de drogas, porque essa luta passa por um trabalho de orientação e conscientização da juventude, com resultados permanentes.

Ao tempo em que faço este registro, quero solidarizar-me com o Deputado Moroni Torgan, grande idealizador da CPI do narcotráfico ora em andamento nesta Casa, fazendo um apelo a todos os integrantes dessa Comissão no sentido de que perseverem na luta implacável contra o tráfico de drogas no Brasil.

A plena conscientização e o firme combate ao tráfico irão certamente garantir condições de futuro digno às novas gerações de brasileiros, assegurando, por conseguinte, o futuro da nossa Nação.

O SR. PEDRO FERNANDES (PFL-MA. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero referir-me a dois requerimentos encaminhados a esta Casa, um dos quais diz respeito ao envio de indicação ao Poder Executivo para inclusão, no Orçamento Geral da União, de recursos para a realização de obras na malha rodoviária federal do Maranhão, a saber: recuperação da BR-222, no trecho compreendido entre as cidades de Miranda do Norte e Santa Inês, que está totalmente destruído; duplicação da BR-135, no trecho entre São Luís e Bacabeira, e duplicação da BR-010, no trecho compreendido entre as cidades de Açailândia e Imperatriz, chamado "a estrada da morte". Há hoje um congestionamento muito grande nessa estrada perigosa.

Estamos chamando a atenção do Ministério dos Transportes para que consigamos resolver esses problemas.

O segundo requerimento é encaminhado ao Ministério da Saúde. Estou sugerindo a elaboração e implementação de um programa de distribuição de cloro para desinfecção de água utilizada em domicílios sem acesso às redes públicas de água potável e o desenvolvimento de campanha de esclarecimento sobre a importância da desinfecção da água e sobre como utilizar adequadamente o cloro.

Sr. Presidente, sabemos que a água distribuída pelas empresas estaduais de saneamento por serviços municipais de água e por outras entidades prestadoras desses serviços recebe tratamento que inclui a aplicação de cloro, sendo obrigatório, por norma do Ministério da Saúde, que essa água chegue aos consumidores com um teor residual mínimo dessa substância. Os benefícios à saúde pública decorrentes da distribuição de água tratada são notáveis, refletindo diretamente na redução da incidência e prevalência de várias doenças e,

conseqüentemente, reduzindo os custos com os sistemas de saúde e de previdência, além de vários outros benefícios econômicos e sociais.

Para que aconteça o mesmo em relação aos cidadãos que se utilizam de fontes alternativas de água, uma medida eficaz é a distribuição de cloro sólido, normalmente na forma de hipoclorito de sódio, para que os próprios usuários façam a desinfecção da água que consomem. Essa medida, adotada com sucesso em vários países, inclusive no Brasil, por ocasião das epidemias de cólera, custa muito pouco ao Poder Público, se comparados os seus custos com os benefícios dela resultantes.

Vimos, portanto, Sr. Presidente, sugerir ao Ministério da Saúde a elaboração e implementação de um programa nacional de distribuição, a moradores de domicílios sem acesso às redes públicas de água potável, de cloro para desinfecção de água proveniente de poços, cacimbas e outras fontes alternativas. Tal programa, repito, deve incluir uma campanha de esclarecimento sobre a importância da desinfecção da água e sobre como utilizar adequadamente o cloro como desinfetante.

É o que tenho a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO PESSOA (PFL-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna na manhã de hoje para tratar de dois assuntos. O Primeiro é para pedir ao Governo Federal, por intermédio da CONAB, que execute a compra imediata de produtos agrícolas oriundos da safra do Ceará. Apesar de alguns Estados nordestinos estarem sofrendo com a falta de chuvas, o Estado do Ceará, pelo menos este ano recebeu quedas pluviométricas que permitiram uma boa safra agrícola, apesar de as reservas hídricas não terem sido reabastecidas como se esperava. Até agora, no fim do inverno, como chamamos, choveu em média, no Ceará, 500 milímetros, o que não permite o reabastecimento dos mananciais hídricos cearenses. Além disso, os açudes públicos hoje estão funcionando com apenas 37% de sua capacidade física.

Apesar de tudo isso, Sr. Presidente, a safra agrícola vai ser boa, com uma previsão de mais de um milhão de toneladas de grãos. Essa safra, reavaliada agora em 950 mil toneladas de grãos, começou a fluir. E, nas feiras das cidades, onde essa safra está sendo comercializada, a saca do feijão foi vendida por até 17 reais.

Ora, Sr. Presidente, sabemos que a agricultura nordestina colhe uma boa safra de três em três anos. E justamente quando se tem uma safra como essa, o Governo se afasta, o preço abaixa, desestimulando mais ainda aqueles heróicos agricultores nordestinos a permanecerem nessa atividade de grande risco, que é a agricultura do semi-árido nordestino.

Portanto, faço um apelo ao próprio Governo do Estado do Ceará para que coloque recursos à disposição dos agricultores, a fim de evitar o intermediário, muito comum no momento em que se colhe a safra.

O outro assunto, Sr. Presidente, é para lamentar a perda de dois inesquecíveis vultos.

Na última segunda-feira, eu me encontrava em Barreira, na Bahia, participando de um encontro de Agricultura Irrigada do Vale do São Francisco, quando recebi um telefonema de um amigo me convidando para visitar o seu roçado de algodão. Era o ex-Prefeito de Sobral, José Prado, meu companheiro de partido. Conhecedor e entusiasta de meu trabalho em defesa da revitalização do algodão, falou-me com muita alegria de como sua roça estava bonita, florida, de sua esperança no renascimento do ouro branco em seu Município. Na quarta-feira, já em Brasília, novo telefonema. Desta vez era seu filho que me comunicava seu falecimento, vítima de um infarto agudo do miocárdio.

Com muita tristeza, retornei ao Ceará para participar das últimas homenagens a um dos grandes líderes que a Zona Norte, tradicional berço de vultos expressivos da política cearense, ofereceu ao meu Estado. Em Sobral, durante o velório na Câmara Municipal e no sepultamento, no Cemitério São Francisco, conhecido como o cemitério dos pobres, cuja opção fora expressa por José Prado, o aperto em meu coração foi, aos poucos, aliviando. Não é fácil perder um amigo mas confortou-me imensamente a constatação de que sua vida fora completa. Uma construção acabada de obras sólidas, materiais e espirituais. Um testemunho pungente na multidão, incluindo personalidades e gente humilde, velando e acompanhando meu amigo à sua última morada.

José Parente Prado, Prefeito por duas vezes de Sobral, e Deputado Estadual por três Legislaturas, era um desses políticos que não se encontrava na chamada modernidade porque não aprendeu a transigir com a ética, a lealdade aos amigos e o interesse de sua comunidade. Fundador do PFL em Sobral, mantinha-se fiel

apesar das vicissitudes, do canto de sereia da fisiologia ou das represálias que destroem lideranças e alquebrantam os espíritos dos fracos.

José Prado era de uma personalidade firme e de muito bom caráter. Durante décadas disputou a hegemonia política da Zona Norte com os Barretos. Tinha adversários mas nenhum inimigo. Dele se diz que nunca brigava com ninguém. Ao contrário, tirava partido das provocações e das picuinhas de uma política acirrada. Realizou memoráveis campanhas pegando os motes dos adversários. Não atacava ninguém, dava a volta por cima. Uma de suas campanhas foi chamada de bagaceira, numa alusão aos seus profundos vínculos com a população desassistida. Realizou a antológica passeata da bagaceira, com milhares de trabalhadores e donas de casa conduzindo instrumentos de trabalho e utensílios domésticos.

Não aderiu às carreatas. Dizia: "se é para ganhar, vamos a pé", e arrastava multidões, fato que lhe valeu o codinome de Zé dos Pobres. É inesquecível a sua campanha da Bandeira Branca, simbologia que adotou para apaziguar os ânimos e unir esforços pelo desenvolvimento de seu Município e de toda a Zona Norte. A Bandeira Branca — centenas delas — o acompanhou no último adeus, levada espontaneamente pelo seu povo. Incontáveis são suas obras materiais, escolas, postos de saúde, centros sociais e estação rodoviária. Firme era seu apoio à agricultura e incentivo à produção. A obra espiritual é o exemplo de dignidade e altruísmo que legou a toda a família e aos que com ele conviveram. Seguramente, seu filho, Ricardo Prado, nosso correligionário, que na Assembléia Legislativa já deu provas de sua estirpe política e familiar, dará continuidade a essas obras. A encorajá-lo terá a presença do Sr. Jerônimo Prado, o avô, que iniciou esta trajetória e foi o modelo que Zé Prado adotou. Lembro aqui, a implantação da Universidade

do Vale do Acaraú, conquistada pelo Sr. Jerônimo, em sua administração à frente da Princesa do Norte e que é hoje uma Escola Superior de Referência em toda a região.

O enterro de José Prado parou Sobral. O velório em sua residência, a missa na Igreja do Patrocínio e a última homenagem na Câmara Municipal, reuniram uma multidão de rostos tristes que se despediam do grande líder, e o acompanharam ao cemitério. O povo sobralense, conhecedor da fragilidade de sua saúde, não o quis de volta ao **stress** da política, mas não o abandonou. Em sua última "passeata", demonstrou seu carinho e sua fidelidade. Que esta manifestação minore o sofrimento da perda para o Sr. Jerônimo, D. Socorro, Ricardo, Marco Antônio e José Inácio, seus irmãos e irmãs, noras e netos, amigos e correligionários.

Sr. Presidente, a outra grande perda que tivemos no Ceará, no último dia 22, foi do Dr. Carlos Studart Gomes, um grande vulto na área de medicina, de administração e, principalmente, de humanitarismo. O Dr. Carlos Alberto Studart Gomes foi o grande ideólogo do Hospital de Messejana, do qual foi diretor por quase 40 anos e conseguiu, com trabalho, dedicação e probidade transformá-lo em um centro de referência nacional. Foi em toda a sua vida um sacerdote da medicina e uma de suas maiores expressões. Com o seu falecimento, disse um de seus discípulos, o Dr. Regis Jucá, a comunidade médica fica mais pobre e o Hospital de Messejana sem o seu grande nome.

Nasceu em Fortaleza, em 23 de setembro de 1917, onde cursou seus estudos primários e secundário. A admiração pelo médico da família, Dr. Adalberto Studart, definiu sua vocação, iniciando seus estudos na Faculdade de Medicina da Bahia, aos 17 anos. Por motivos de saúde, transferiu-se para Minas Gerais, onde concluiu seu curso e deu seus primeiros passos profissionais como residente do

Hospital Militar de Minas Gerais, oficial do Corpo de Saúde da Polícia Militar mineira.

Antes de voltar ao Ceará, onde viria desempenhar papel fundamental na estruturação de instituições e de entidades da classe, nosso Dr. Carlos Alberto incursionou pela Amazônia, convidado para ser médico do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia. Retornando a Fortaleza, foi admitido como tisiologista do Instituto de Previdência do Estado do Ceará — IPEC. Dois fatos marcam a volta a sua terra: o curso de pós-graduação do Sanatório Imaculada Conceição da Universidade Federal de Minas Gerais e o casamento com Regina Estela, iniciando os dois projetos que viriam a ser os mais importantes de sua vida: a família, constituída de sete filhos, todos educados sob os princípios de amor ao trabalho e respeito ao próximo, seiva bebida na fonte paterna, e a reformulação do Sanatório de Messejana.

Pois foi logo em seguida ao seu retorno, em 1944, indicado pelo Dr. Mozart Catunda, então presidente do IPEC, para dirigir o sanatório de Messejana. Ali permaneceria até sua aposentadoria, e o pequeno sanatório ganhou a dimensão modelar de Hospital para Doenças Torácicas e cardiovasculares, que nada fica a dever aos hospitais dos grandes centros. Foram 39 anos de dedicação ímpar e de trabalho probo. Com criatividade e responsabilidade, traçou uma meta e atingiu seu objetivo. O tisticômio de 20 leitos foi multiplicado por dez. Pensem, Srs. Deputados, o que representa isso para uma população.

Evidente que nem tudo foi fácil. Volto ao depoimento do Dr. Régis Jucá, que em artigo publicado no jornal **O Povo**, de Fortaleza, afirmou sobre o Dr. Carlos Alberto "como Diretor, atravessou as diferentes fases do Hospital, IPEC, IAPB, INPS, INAMPS e enfrentou com calma e bom senso diversas turbulências. Formou

um grupo de trabalho, mas nunca uma curriola. O balanço da vida de um homem é positivo quando a sua contribuição for maior do que aquilo que auferiu. Carlos Alberto deu muito mais do que recebeu". Este é, sem dúvida, um testemunho compartilhado por todos os cearenses.

Conheci o Dr. Carlos Alberto antes de conhecer seus filhos, pelos quais nutro hoje grande amizade e afeto. Amigo de meu pai, o Dr. Carlos Alberto tinha com ele uma identidade: a paixão por gado holandês de alta linhagem. Este **hobby** os unia e criou laços entre os demais membros das duas famílias. No convívio, privando da amizade, pude constatar o coração generoso, a enorme dedicação ao seu ofício e a preocupação em bem orientar seus filhos.

O Hospital de Messejana foi inegavelmente a grande realização do Dr. Carlos Alberto, mas não foi a única. Seus conhecimentos e experiência foram aplicados também na reestruturação do Hospital Geral de Fortaleza, na transformação do Sanatório de Maracanaú em Hospital Geral e transmitidos a outras gerações. Foi professor catedrático do Instituto de Ensino do Estado do Ceará, Vice-Presidente do curso de Organização e Administração Hospitalar, ministrado pelo Dr. Odair Pedroso, Presidente da Sociedade de Patologia Respiratória e da Sociedade Cearense de Radiologia, Presidente do Centro Médico Cearense e membro da Academia Cearense de Medicina, Presidente do Centro de Estudos Prof. Manoel de Abreu, do Sanatório de Messejana.

Integrou variadas entidades médicas, sendo Sócio Honorário da Sociedade Pernambucana de Tuberculose, Sócio Honorário do Instituto Mineiro da História da Medicina, Sócio Correspondente do Ateneu de Tisiologia Clemente Ferreira, do Amazonas, Associação Internacional contra a Tuberculose, Sociedade Brasileira de Tuberculose, American College of Chest Physicians, American Trudeau Society

entre outras. Autor de numerosos trabalhos publicados em revistas médicas, foi diversas vezes homenageado pelos relevantes serviços prestados à comunidade.

A lembrança do Dr. Carlos Alberto ficará para sempre na memória dos cearenses e isto servirá de lenitivo à dor de sua esposa, filhos, netos, genros, noras, sobrinhos, irmãos e o bisneto.

Quero, neste momento, compartilhado com meus colegas, levar o meu abraço de solidariedade a todos, pedindo ao bom Deus que os conforte pela irreparável perda.

O SR. PEDRO CELSO (PT-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que me traz a esta tribuna é, mais uma vez, a confirmação de uma tendência que estamos verificando em uma série de pesquisas feitas pelo Vox Populi, encomendada pela Confederação Nacional dos Transportes. Por essa pesquisa, pudemos constatar a queda constante e permanente da popularidade e dos índices de aprovação do Governo Fernando Henrique Cardoso.

A pesquisa divulgada ontem pela imprensa nacional, especialmente pelo jornal **Correio Braziliense**, do Distrito Federal, mostra que a classificação entre "péssimo" e "ruim" do Sr. Fernando Henrique Cardoso só se iguala aos índices registrados no pior momento do Sr. Fernando Collor de Mello, por ocasião do processo de **impeachment**. Essa é a avaliação. É como está sendo visto o Governo Fernando Henrique Cardoso pela população do nosso País.

Os índices de aprovação vêm despencando e os de reprovação crescem de forma assustadora, e ainda existem aqueles que acreditam que vai haver uma recuperação. Recuperar o quê? Qual é a novidade? Dizem que está havendo uma recuperação na economia com a queda do dólar e o controle da inflação. Mas pergunto, Srs. Parlamentares: e daí? Esse Governo não teve o mínimo de discernimento ao conceder um reajuste de seis reais ao salário mínimo, que envergonha toda a população brasileira e deveria envergonhar a grande maioria dos membros desta Casa. Mas não foi isso que vimos.

Nosso País alcançou agora a mais alta taxa de desemprego dos últimos anos. E essa pesquisa do IBGE, encomendada pelo próprio Governo, com uma metodologia questionável, vem ainda afirmar que alguma coisa melhorou. Na verdade, sabemos que isso não aconteceu. Convivemos, sim, com altíssimas taxas

de desemprego. A renda do trabalhador brasileiro vem caindo dia a dia. Escândalos de todo tipo se sucedem, como compra de votos, grampo telefônico, favorecimento de bancos, privatizações bastante suspeitas, com o dinheiro sumindo, sem que se saiba onde foi parar — enfim, a miséria e a fome aumentam em todo o País. Essa é a verdadeira face do Governo Fernando Henrique Cardoso. As pesquisas mostram exatamente isso. Esses índices, repito, só se comparam àqueles do Governo Fernando Collor, no seu pior momento.

Portanto, Sr. Presidente, essa é a realidade brasileira. E o Presidente da República, que desconhece o drama do povo brasileiro, disse há algumas semanas, em entrevista aos meios de comunicação, que o povo "sofreu um pouquinho" com a crise. Isso é um verdadeiro escárnio! É um acinte à população brasileira dizer que com a crise o povo "sofreu um pouquinho". Trata-se de afirmação de quem não conhece a realidade do País, não sabe o que é estar desempregado, não conseguir comprar o material escolar para seus filhos nem sustentar suas famílias.

O Presidente da República foi infeliz ao dizer que o povo "sofreu um pouquinho" com a crise. S.Exa. não enfrenta as mesmas condições do povo brasileiro: não vive com um salário mínimo de 136 reais, não tem que enfrentar filas nos hospitais e grande parte de sua família não está desempregada.

Sr. Presidente, registro, portanto, pesquisa encomendada pela Confederação Nacional dos Transportes ao Vox Populi sobre os índices de popularidade do Sr. Fernando Henrique Cardoso. É como se diz popularmente: "Água morro abaixo e fogo morro acima". Essa tendência vai firmar-se; com certeza a população saberá dar resposta à crise indo às ruas e às urnas, para tentar pressionar o Governo a mudar esse modelo econômico tão vil, que nos está levando a situação nunca vista.

Sr. Presidente, essa face do Governo Fernando Henrique receberá a devida resposta por parte da população.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PFL-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o acesso de uma parte da população mais carente ao curso superior e a manutenção dos estudos a partir de agora estão assegurados. O Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e o Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, assinaram no último dia 27 a medida provisória que cria o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

O Fundo substituirá o Programa de Crédito Educativo, que há tempos necessitava de uma mudança, possibilitando uma maior abrangência, com juros menores e maiores facilidades de pagamento.

Desde a eleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso e a posse do Ministro Paulo Renato Souza, há quatro anos, o número de alunos no ensino superior cresceu 28% e o ensino médio 40%, devendo aumentar ainda mais.

O Fundo ora criado absorverá os novos discentes, que em grande número abandonam a faculdade por falta de recursos para custear as prestações.

O FIES pagará até 70% do valor das mensalidades. A quitação deve dar-se no prazo de uma vez e meia do tempo gasto com o curso; no primeiro ano o financiado desembolsará a mesma quantia que vinha pagando para a faculdade, e daí em diante a prestação será reajustada.

Como no Programa de Crédito Educativo, o agente operador será a Caixa Econômica Federal. Os juros serão estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, que os revisará semestralmente, viabilizando novos contratos. As garantias do novo crédito serão baseadas em avalistas, e a própria instituição de ensino deve responsabilizar-se pelo aluno, para que as inadimplências não inviabilizem o programa.

Sr. Presidente, os primeiros contemplados pelo Fundo serão os alunos bolsistas das instituições de ensino que perderam o **status** de entidade filantrópica. O Ministro Paulo Renato Souza estima que 120 mil estudantes serão imediatamente beneficiados e assegura que o Governo Federal tem garantidas mais 60 mil bolsas para os demais estudantes. O FIES terá uma dotação de R\$ 300 milhões e suas fontes de recursos serão: 30% dos recursos das loterias de prognósticos administrados pela Caixa Econômica, dotações orçamentárias e os retornos dos pagamentos das parcelas do novo sistema e do antigo Crédito Educativo.

O Governo ainda prevê que outros 100 mil estudantes possam ser beneficiados no próximo ano, com expectativa de aumento desse número, com recursos obtidos em operações de créditos externas e internas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, são projetos como esse que diferenciam o Governo Fernando Henrique Cardoso dos demais, projetos voltados para o engrandecimento da Nação, para o abrigo aos carentes, projetos de grande cunho social para o desenvolvimento do povo brasileiro, projetos que, por conseqüência, elevarão o nível sócio-intelectual do País.

O Governo FHC, com a criação do FIES, assume a responsabilidade de cumprimento do dispositivo constitucional que estabelece que a educação é um dever do Estado e um direito do cidadão. É, sem sombra de dúvida, um grande avanço; porém, esperamos mais. Principalmente que o programa não tenha prejuízo de solução de continuidade.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação no **Jornal da Câmara** e no programa **A Voz do Brasil** deste meu pronunciamento.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicialmente aproveito sua presença na Presidência dos trabalhos para lembrar que há quase dez anos V.Exa. apresentou à Casa projeto que hoje é referência da luta antimanicomial no Brasil. Lamentavelmente esta Casa ainda não aprovou o referido projeto. Houve o Dia da Luta Antimanicomial, mas sequer temos perspectiva de ver implantadas as brilhantes sugestões do projeto de autoria de V.Exa., hoje já absorvidas por todos os setores envolvidos na questão.

Portanto, deixo registrado o apelo: que esta Casa dê ao projeto o tratamento que ele merece. Lembro que já se passaram dez anos desde que V.Exa. o apresentou à Casa; portanto, sua tramitação carece de urgência.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vem sendo mantida pelos jornais e de certa forma reproduzida nesta Casa a discussão sobre o tema das privatizações, em particular a privatização do Sistema TELEBRÁS, apesar de toda a "operação de abafa" montada pela tropa governamental no sentido de eliminar o debate.

Tentaram a todo custo montar a história, publicamente divulgada, de que a iniciativa do Governo foi no sentido de estimular a competição e toda aquela manobra de forçar consórcios e de buscar aliados para fortalecê-los era para permitir que houvesse maior número de competidores. Isso é mentira. Se aquela manobra tivesse sido completamente vitoriosa, o consórcio acionado via "bomba atômica do Presidente da República" teria abocanhado parcela significativa do setor de telecomunicações, em particular a maior malha de operadora instalada no Brasil, a Tele Norte Leste.

Nos jornais de hoje a EMBRATEL denuncia a Tele Norte Leste por fazer propaganda enganosa, em que promete efetuar ligações DDD.

Sr. Presidente, talvez a maioria dos Deputados não conheça as nuances desse setor, mas a malha que vai do Amazonas ao Rio de Janeiro permite, sim, a competição com empresa de longa distância. Era esse o alvo da disputa do leilão. A empresa compradora — em particular, o consórcio do Opportunity, juntamente com a operadora Telecom Itália — teria condições de operar malha com rede, torre e toda uma infra-estrutura que a tornaria capaz de competir com empresa de longa distância. Ela não precisaria necessariamente disputar leilão para ser empresa-espelho, ou esperar o ano 2002, conforme prevêm as regras do edital e a Lei Geral das Telecomunicações.

Esse é o centro do debate. É importante que os Srs. Deputados entendam essas questões, porque não estamos tratando com nenhum inocente ou bobo. A história da competição está bem clara. Na realidade, quantos operadores internacionais operam hoje no setor de telecomunicações do Brasil? Não há gama tão vasta, como anunciaram. Basta ver que são somente dois grandes grupos: de um lado, os espanhóis e seus parceiros, inclusive a MCI americana; de outro lado, os italianos e seus parceiros, inclusive os nacionais, como o Opportunity, Organizações Globo e companhia limitada. Na realidade fizeram a divisão do bolo. E por conta das disputas o resultado foi o que conhecemos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem o Líder do PFL nesta Casa, ao contestar nosso Líder quanto à representação contra o Presidente da República, disse que era necessário privatizar o setor porque o Estado não tinha 4 bilhões para nele investir. Ora, o BNDES tem 4 bilhões para emprestar! O Banco emprestou 2 bilhões à Portugal Telecom, que, por meio de sórdida manobra, comprou em títulos, pagou da mesma forma e obteve lucro de 74 milhões de dólares.

Não tinham dinheiro para fazer investimentos, mas tinham para emprestar aos compradores das empresas de telecomunicações! Que leilão fajuto é esse que tinha como objetivo permitir ao mercado receber novos investimentos que na realidade são velhos investimentos, porque foram feitos com dinheiro do Tesouro, do povo brasileiro?

E mais ainda: diziam que isso possibilitaria a geração de empregos. No entanto, a Telefônica de São Paulo patrocinou verdadeiro carnaval de demissões; a Tele Norte Leste demite diariamente, inclusive dirigentes sindicais, e vive permanentemente tramando contra a organização do trabalho. Onde estão os 100 mil empregos que Sérgio Motta anunciava e Mendonça de Barros andou bradando por aí afora?

Destruíram a capacidade tecnológica do Brasil. Hoje o nosso centro de pesquisas não tem a menor condição de se confrontar com os grandes centros do mundo. Fizeram o mesmo com a nossa capacidade industrial; as indústrias que orbitavam em torno do sistema de telecomunicações estão sendo absorvidas a cada dia pelas grandes, que são na prática braços industriais das operadoras que vieram para cá.

Não há inocente nessa história. Todos sabiam que esse era o jogo global que permitiria abrir brechas para a operadora e consagrar a entrada dos seus dois braços: o tecnológico e o industrial.

Quanto a nós, ficamos mais uma vez a ver navios. Entregamos o maior parque de telecomunicações do mundo a preço de banana, é bom registrar. Além disso, a negociação foi feita por meio de operação futura, o que tornará o País eternamente dependente.

Por isso, Sr. Presidente, é importante a instalação de uma CPI que promova a apuração fidedigna de todos os fatos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. EBER SILVA (PDT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, encaminho à Mesa requerimento de envio de indicação ao Exmo. Sr. Presidente da República para imediata implantação do Conselho Nacional de Política Energética — CNPE.

Tivemos ontem em Brasília bonita e pacífica manifestação do sofrido setor sucroalcooleiro, esmagado pela falta de regulamentação do Conselho Nacional de Política Energética.

Portanto, encaminho à Mesa este requerimento de indicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Delgado) - Nos termos regimentais, V.Exa. será atendido.

O SR. JAIR BOLSONARO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Delgado) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JAIR BOLSONARO (PPB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não quero polemizar, mas respeitosamente peço para ler o seguinte ofício, de minha autoria, encaminhado ao Sr. Corregedor:

Honra-me dirigir a Vossa Excelência para, com os meus cumprimentos, dar ciência a esse eminente Corregedor de que não é de minha autoria a carta de pedido de desculpas apresentada ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados e lida no Plenário da Câmara no dia 24 de maio de 1999, pelo vice-líder do Governo, e, para que o acontecimento seja devidamente esclarecido, solicito, salvo melhor juízo, o competente exame grafológico.

Certo da atenção de Vossa Excelência, aproveito o ensejo para expressar os meus protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

Jair Bolsonaro - Deputado Federal - PPB/RJ

O SR. PRESIDENTE (Paulo Delgado) - Nos termos regimentais, V.Exa. será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Delgado) - Concedo a palavra ao nobre Deputado João Grandão.

O SR. JOÃO GRANDÃO (PT-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para comunicar, com o maior prazer, que no Mato Grosso do Sul, na semana que passou, foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Agropecuária do Mato Grosso do Sul, precisamente na cidade de Dourados, onde ocorria a exposição agropecuária.

Sr. Presidente, com o Plano de Desenvolvimento da Agropecuária de Mato Grosso do Sul — PDAGRO, visamos à democracia e à consolidação de uma relação estreita do Governo com a sociedade, em que as demandas sociais estejam acima de qualquer outro valor, criando em nosso Estado nova mentalidade política em relação à agropecuária, capaz de reverter a profunda depressão e os índices de pobreza que se verificaram ao longo dos últimos anos. Pretendemos mais: no sentido programático deste Plano de Desenvolvimento, buscar a organização dos produtores e da produção com novas alternativas econômicas, construindo um novo modelo de trabalho, sustentado em parcerias e sobre projetos que valorizem a integração, potencializem o sinergismo social e a solidariedade.

O compromisso do Governo Popular de Mato Grosso do Sul, do Zeca do PT, com a agropecuária é de, através da Secretaria de Estado da Produção e Desenvolvimento Sustentável — SEPRODES, estabelecer um novo rumo, com cooperação, justiça social, sustentabilidade econômica e respeito ao meio ambiente, com a participação plural da sociedade como um todo.

Acreditemos, pois, em nós mesmos e na agropecuária do Mato Grosso do Sul.

Sr. Presidente, este plano de desenvolvimento vem atender às necessidades do Mato Grosso do Sul, que há mais de 20 anos não tinha plano algum para seu desenvolvimento.

O Plano de Desenvolvimento Agropecuário de 1999/2022 visa criar uma nova perspectiva de integração e sinergismo na economia agrícola, somando forças principalmente para: gerar emprego e renda; promover o desenvolvimento socioeconômico; fortalecer a agricultura familiar; promover a diversificação e integração da produção agropecuária; potencializar os recursos produtivos; desenvolver a produção agropecuária; melhorar a competitividade sistêmica da economia e promover investimentos estruturadores, quer sejam no setor público, que sejam no setor privado.

A Secretaria de Estado da Produção e Desenvolvimento Sustentável - SEPRODES, em conjunto com as coligadas AGROSUL, EMPAER, IAGRO e TERRASUL, tem a missão de coordenar a política agropecuária para Mato Grosso do Sul de forma integrada e participativa e, para isso, através de um amplo debate com a sociedade, produziu o PDAGRO, que implantará programas de conservação de solo e água, acesso a terra, agricultura familiar, desenvolvimento da produção e qualidade total, com projetos específicos para atender às demandas sociais, valorizando os recursos naturais e os princípios da sustentabilidade.

Assim, Sr. Presidente, o Governo Popular do Mato Grosso do Sul retoma o planejamento da agropecuária e apresenta o Plano de Desenvolvimento da Agropecuária de Mato Grosso do Sul — que estava literalmente esquecido —, com a seguinte visão:

visão holística - desenvolvimento sustentável com equilíbrio ambiental, justiça, participação social e a sustentabilidade econômica;

visão do espaço - a referência espacial e geográfica da integração são os Municípios, e dos programas e projetos é a microbacia hidrográfica;

visão de negócio - as parcerias a serem construídas através de bons projetos.

Sr. Presidente, esse plano tem ainda uma visão política e estratégica. E aqui está o fundamento principal deste projeto.

O processo de reconstrução de Mato Grosso do Sul passa por profundas transformações políticas, econômicas e sociais, que vêm ocorrendo neste final de milênio. Constitui hoje um desafio superar a crise brasileira, altamente impactada pela intervenção internacional na economia interna, que acentuou o endividamento público e privado, gerando desemprego e reduzindo a capacidade de investimentos das empresas.

Neste contexto, Sr. Presidente, cabe destacar que a agropecuária foi e continuará sendo o setor de equilíbrio da balança comercial brasileira, como se vê neste plano ora apresentado.

A agropecuária é o setor que mais emprega e, além disso, com empregos mais baratos. Contribui anualmente com aproximadamente 25% dos empregos e o custo de um emprego rural tem uma relação de investimento de até 1:10, comparado com o emprego urbano.

Assim, a agricultura é, por definição, um setor estratégico e, no plano nacional, sua contribuição é fundamental para o equilíbrio da economia através do abastecimento do mercado interno. Isto para a geração de superávits comerciais e atender aos serviços da dívida externa.

Se é importante para o País a estruturação deste setor, muito mais importante é para Mato Grosso do Sul, que tem sua economia centrada no setor

agropecuário. A retomada do desenvolvimento passa pelo aumento da produção, produtividade e melhoria dos níveis de qualidade dos produtos, diante das grandes potencialidades da sua localização estratégica e da qualidade de seus recursos naturais e humanos, que reúnem amplas condições de responder às políticas públicas necessárias ao desenvolvimento do setor agropecuário, industrial e do turismo em Mato Grosso do Sul.

Nesse sentido, o Estado poderá ampliar sua participação no mercado, potencializar sua infra-estrutura em energia, comunicação e transportes e atrair novos empreendimentos agropecuários, agroindustriais e turísticos.

O compromisso assumido pelo Governo Popular de Mato Grosso do Sul é pela melhoria da qualidade de vida da população, da gestão eficiente e da participação permanente da população nas definições das prioridades e ações do Governo.

São objetivos prioritários do Governo o emprego e a renda no campo, fortalecendo a agropecuária empresarial, aumentando a produção com valores agregados aos produtos, valorizando a agricultura familiar e a reforma agrária com políticas estratégicas para o setor primário em Mato Grosso do Sul.

A organização dos produtores e da produção e a diversificação da mesma, envolvendo os diversos agentes para integrarem as cadeias produtivas, são táticas de alcance às transformações desejadas pelo nosso Governo Popular e Democrático. Assim dizia Franklin Roosevelt: "Se os campos forem destruídos, as cidades não os reconstruirão; mas se as cidades forem destruídas, os campos as reconstruirão".

Sr. Presidente, quero entregar à Mesa, para que fique registrado nos Anais da Casa, exemplar do Plano de Desenvolvimento da Agropecuária do Mato Grosso do Sul.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

"O exemplar 'Plano de Desenvolvimento da Agropecuária de Mato Grosso do Sul', trabalho apresentado pelo Deputado João Grandão, encontra-se no CeDI, Coordenação de Arquivo da Câmara dos Deputados, conforme Guia de Transferência nº 14, emitida pelo Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação" (Art. 98, § 3º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados).

O SR. GILMAR MACHADO (PT-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, o crescimento da violência nas escolas tem ocupado espaço nos noticiários e assustado a comunidade escolar, provocando polêmicas e divergências a respeito dessa terrível novidade, sintoma terminal de doença mais complexa: a deterioração das relações humanas na sociedade tecnológica e consumista.

Os números são alarmantes. Só em Belo Horizonte, cidade que não figura entre as mais violentas do País, foram registradas este ano cerca de setenta ocorrências, entre casos de bombas, depredações e porte ilegal de armas. O uso de drogas generaliza-se e as gangues, cada vez mais numerosas, demarcam territórios com agressividade, impondo o temor em professores e colegas, enquanto imprimem nos muros e paredes suas pichações como registros ininteligíveis da realidade que vivenciam.

O problema não é restrito às periferias ou escolas de alunos de baixa renda. Escandaliza o mundo quando, por exemplo, é provocado por jovens norte-americanos bem nascidos.

Muitos atribuem a violência à falta de segurança nas escolas, entendida como presença ostensiva de policiais, muros altos, cães ferozes e cercas eletrificadas. Nesse caso, recusam-se, como os que transformam suas casas em fortalezas sitiadas, a perceber que a origem do seu medo encontra-se na profunda desigualdade social que condena a maioria excluída a ser vista como inimiga.

No mercado globalizado, as crianças e jovens que não são potenciais consumidores deixam de ter importância e são condenados ao futuro sombrio do desemprego e da marginalidade, são peças descartáveis na obsoleta engrenagem

do trabalho humano, agora plenamente substituível. Para cada um dos alunos que estudam nas escolas públicas, o Governo brasileiro destina há alguns anos a vergonhosa quantia de 315 reais, menos de um real ao dia por aluno. Isso quando estão no ensino fundamental e antes dos 15 anos de idade, porque, depois, a escola torna-se cada vez mais inacessível. Com professores mal pagos e desestimulados, os alunos aprendem cada vez menos os conteúdos, em aulas maçantes que os condenam ao fracasso e à evasão, apesar de a propaganda oficial dizer o contrário.

Aliás, o Governo desistiu de oferecer uma educação pública de qualidade e simplesmente usa estatísticas e procedimentos pretensiosamente inovadores para mascarar a realidade educacional que infelizmente o denuncia quando a escola é estampada nas páginas policiais dos jornais de todo o País.

A violência nas escolas não é um caso de polícia, mas um sinal, um pedido de socorro de crianças e jovens numa sociedade em crise. As mudanças operadas pela vida moderna forçam as crianças, desde cedo, a se expor ao mundo que lhes chega através de imagens veiculadas indiscriminadamente na televisão e na Internet, aumentando a insegurança das famílias. Cenas de agressividade e desrespeito ao outro banalizam a violência, consumida cotidianamente em todo o mundo.

A escola, que deveria acolher a criança e prepará-la para sua entrada no mundo público, torna-se um espaço cada vez mais irreal e sem significado, pois não consegue substituir a família, e a sociedade progressivamente a destitui do seu papel de depositária do saber científico.

A ciência, despida do seu conteúdo humano, torna-se mais facilmente acessível nos instrumentos eletrônicos disponíveis no mercado. A finalidade da

educação deixa de ser a formação integral do aluno para o exercício da cidadania numa sociedade democrática, e a escola passa a ser um mero posto de emissão de diplomas para atuação no restrito e competitivo universo profissional; ou, o que é pior, lugar para reafirmação das diferenças sociais, condenando a maioria a engrossar as fileiras dos excluídos sociais.

Buscar soluções para o problema da violência nas escolas significa repensar o modelo educacional vigente e principalmente o projeto de sociedade edificado sobre a lógica única do capital.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ALOÍZIO SANTOS (PSDB-ES. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, volto a esta tribuna nesta oportunidade a fim de enaltecer o Governador do meu Estado, José Ignácio Ferreira, pela medida justa e humana que tomou no dia 31 de maio de 1999, ao reintegrar os policiais militares que haviam perdido, por meio de decisão judicial, o direito de permanecerem na Polícia Militar do Espírito Santo.

Duzentos e noventa homens — 169 soldados já formados e 121 alunos do curso de formação da PM — já haviam sido dispensados, outros 385 aguardavam a suspensão da liminar para deixar os postos. A medida confirmou os 685 homens nos quadros da Polícia.

O decreto do Governador José Ignácio foi baseado em uma construção jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, denominada situação de fato. Levando em consideração que muito desses homens já trabalhavam há dois anos na PM, que o Estado investiu na manutenção deles e que alguns já se haviam envolvido com problemas jurídicos inerentes à função policial, ficou consolidada a situação de fato, que permitiu o decreto.

A luta dos soldados e alunos da PM para a volta foi muito grande, dentre elas uma vigília em frente ao Palácio Anchieta, há quase trinta dias.

O Governador José Ignácio, além de ficar sensibilizado pelo esforço e garra dos militares, reconheceu de uma vez por todas as necessidades desses PMs na proteção da sociedade capixaba. Parabéns, Governador.

Por fim, Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que determine a divulgação deste pronunciamento em todos os meios de comunicação desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (João Almeida) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (PT-PA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, enquanto o Governo brasileiro não tem a menor preocupação com políticas adequadas para a preservação do meio ambiente no País, consta na pauta de prioridades das entidades ambientalistas internacionais uma ação rigorosa para fiscalização da atuação das madeireiras no Pará e na Amazônia.

Segundo relatório do Greenpeace, a participação da madeira amazônica passou dos 14%, de vinte anos atrás, para os atuais 85%. Em função da crise financeira no Sudeste Asiático e da valorização do real, o ritmo do avanço sobre a floresta diminuiu durante o ano de 1998. Porém, com a desvalorização do real, a expectativa de crescimento é de aproximadamente 20% nas exportações de 1999. Como a atividade madeireira tem estreita vinculação com o desmatamento, a consequência esperada do crescimento nas exportações é um aumento no ritmo do desmatamento.

A atividade madeireira é considerada pelos ambientalistas como a principal causa de destruição ambiental na Amazônia. Das 36 áreas desmatadas analisadas pelo Greenpeace, em 26 delas, que representam 72%, os desmatamentos são relacionados com a ação das madeireiras. Além disso, 80% dos cortes de árvores para a retirada de madeira são ilegais na região.

Como a ilegalidade é generalizada, os planos de manejo exigidos pelo IBAMA não são cumpridos. Dados do próprio IBAMA mostram que, em 1998, mais de 70% dos planos de manejo florestal licenciados pelo próprio órgão estavam

completamente irregulares e foram suspensos ou cancelados. Mesmo sem conseguir controlar essa atividade, o Governo fez **lobby** para que o mogno não tivesse um comércio internacional ecologicamente correto.

A degradação do meio ambiente nada mais é que o resultado da política desastrosa do Governo FHC. Aliás, este é o Governo dos recordes. Não bastasse o maior índice de desemprego dos últimos tempos, temos também a corrupção sendo compactuada, e em muitos casos até conduzida, pelos acadêmicos do Planalto, e o desrespeito aos direitos humanos é noticiado permanentemente nos veículos de comunicação internacional.

Em relação ao meio ambiente, a atuação do Governo não é diferente. No Governo FHC também ocorreu o recorde de desflorestamento da Amazônia. Foram 23 mil quilômetros quadrados de devastação, em média, entre os anos de 1995 e 1996, segundo dados do INPE.

Como FHC não age sem uma pressãozinha externa, e diante dos estragos provocados pela extração de madeiras nos remanescentes contínuos de florestas primárias, os ambientalistas do Greenpeace pedem que o Governo não permita mais concessões, sem inventário biológico e sem um plano de conservação para toda a região, com zonas demarcadas de uso e restrição. Pediram também que uma ampla campanha seja realizada para conscientizar a população sobre a importância de conservação de nossas florestas.

Não deu outra: bastou o alerta das entidades internacionais para que o Governo acordasse de sua indiferença. Hoje o Ministro do Meio Ambiente manifestou sua preocupação com a ação das madeireiras, bem como sua disposição em destinar recursos para uma fiscalização mais eficaz no que se refere à devastação de nossas florestas.

A preocupação das entidades ambientalistas internacionais é justa, pois neste Governo tivemos a pior gestão ambiental deste País, com a agravante de afastar a sociedade civil da elaboração e execução da política ambiental brasileira.

Espero que essa promessa do Governo não fique somente nas declarações para a imprensa e para dar uma satisfação aos ambientalistas internacionais. Que sejam tomadas medidas concretas para que sejam preservadas nossas florestas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde terça-feira passada os grampos telefônicos no BNDES voltaram ao cenário nacional, suscitando debates no País, principalmente no Congresso Nacional.

Não consigo entender como pode o Congresso Nacional virar as costas à imperiosa necessidade de investigar o que ocorreu na privatização das Teles. E utilizo a expressão "investigar" porque alguns setores que apóiam o Governo Fernando Henrique Cardoso têm levado à opinião pública a idéia de que a Oposição estaria solicitando açodadamente o **impeachment** do Presidente. Não é isso. O que a Oposição está fazendo, com o apoio de vários partidos que compõem a base de sustentação do Governo, é exigir a limpeza de toda a sujeira produzida durante a privatização das Teles.

Quando apresentamos à Mesa da Câmara dos Deputados denúncia por crime de responsabilidade, solicitamos ao Presidente Michel Temer que constituísse um grupo de Deputados para investigar o suposto crime de responsabilidade que, na minha opinião — digo isso com a responsabilidade de Deputado Federal, que pode expressar a sua opinião nesta tribuna —, o Presidente da República cometeu. Como democrata que sou, o que quero, e entendo que o País quer, é que possamos investigar o Presidente da República.

Recentemente, o Presidente dos Estados Unidos foi investigado pelo Congresso daquele país porque teve uma relação considerada inadequada com uma estagiária que trabalhava na Casa Branca.

Aqui, fomos contemplados, tendo sido nossa dignidade assaltada, com uma série de gravações que comprovam evidente manipulação no processo de

privatização das Teles, e alguns setores querem evitar a investigação de algo tão grave.

Vejam que a defesa do Presidente da República, na verdade, é a confissão do crime, porque S.Exa. tem dito: "Interferi para melhorar os preços". Não vivemos de intenções, Sras. e Srs. Deputados. Mas vamos conceber essa idéia do Sr. Presidente da República, vamos considerar que S.Exa. tenha interferido com boa intenção para elevar os preços e retirar um aventureiro do leilão.

Primeira questão: o Presidente admite, então, que interferiu na privatização das Teles. Segunda questão: chegaremos à conclusão de que praticamente a metade do território brasileiro estaria entregue hoje, por esse processo de privatização das Teles, a um grupo de aventureiros, que, na opinião do próprio Presidente, terminou sendo o grupo contemplado nesse processo de privatização.

Fica mais estranho, senhoras e senhores brasileiros que acompanham os trabalhos do Congresso Nacional, quando percebemos que todo o movimento do Governo, do ex-Ministro Mendonça de Barros, do então Presidente do BNDES e do Presidente da República visava a manobrar em favor de um consórcio liderado pelo Banco Opportunity.

E que banco é esse, Sras. e Srs. Deputados? É um banco em que uma das suas sócias-diretoras fundamentais é a Sra. Elena Landau, que foi escalada pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso para coordenar o planejamento de todo o processo de privatização brasileira, especialmente das Teles. Então, essa pessoa, que, como agente público indicado pelo Presidente da República, planejou o processo de privatização, sai do BNDES e vai ser sócia-proprietária do Banco Opportunity, que, casualmente, Sras. e Srs. Deputados, foi o banco beneficiado

pelos movimentos do Presidente da República e do ex-Ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros.

Primeiro: mesmo que não haja um ilícito direto, precisamos discutir e terminar com essa relação promíscua entre público e privado neste País.

Segundo: alguns falam que os responsáveis pelos grampos seriam os criminosos. Pois bem, também entendo que grampear telefones é crime, mas não se pode acusar alguém de um crime para desviar a atenção da investigação de outro crime.

Então, o que queremos, o que o Partido dos Trabalhadores quer, o que as oposições querem, o que muitos Deputados e Senadores dos partidos da Situação querem é investigar tanto os grampos quanto o crime de responsabilidade do Presidente da República.

A Nação brasileira precisa é não conviver com um Governo chantageado, com dúvidas a respeito da honestidade que pairou sobre o processo de privatização das Teles.

Estou tentando coletar assinaturas dos Deputados do Rio Grande do Sul para a CPI. As perguntas que faço aos Srs. Deputados são as seguintes: por que não fazer uma CPI? Por que evitar a investigação? Por que absolver o Presidente da República de plano, não aceitando investigar o caso tranqüila, democrática e livremente, para comprovar se houve ou não crime de responsabilidade, se houve ou não manipulação dos leilões, se o interesse público foi ou não prejudicado?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, precisamos investigar a privatização das Teles, a fim de que não paire qualquer dúvida sobre a conduta do Presidente e do atual Governo.

O SR. BISPO WANDERVAL (Bloco/PL-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com a graça de Deus, ocupo a tribuna desta Casa para trazer ao conhecimento de V.Exas. o que está acontecendo com os funcionários da antiga **TV Tupi**, Canal 4, de São Paulo — quem não se lembra da **TV Tupi**? Após receber várias denúncias a esse respeito e de posse de documentos comprobatórios, tomei a defesa desses brasileiros.

A **TV Tupi** de São Paulo foi fechada, e sua concessão cassada no dia 18 de julho de 1980, juntamente com as demais emissoras de televisão do grupo Diários e Emissoras Associados, pelo Governo Federal. A **Rádio Difusora São Paulo S/A**, que era concessionária da **TV Tupi**, concordatária desde maio de 1980, faliu em 31 de agosto de 1981.

Após o processo de licitação, o Governo entregou, em março de 1981, o Canal 4 de São Paulo ao Grupo Sílvio Santos, que formou a empresa SBT — Sistema Brasileiro de Televisão, atual **TV SBT**, Canal 4, de São Paulo, para operar uma rede de televisão com quatro estações, cuja cabeça de rede é em São Paulo.

O edital de licitação e o contrato que o SBT assinou com o Governo determinavam certas obrigações a serem cumpridas com os ex-empregados da **TV Tupi**, como reaproveitamento deles, ressarcimento de empréstimos na Caixa Econômica Federal, a qual financiou o sindicato nos pagamentos de salários atrasados etc.

O SBT, por instrumento particular de promessa de cessão de créditos trabalhistas, de 7 de julho de 1981, feito com o Sindicato dos Radialistas, comprometeu-se a comprar os créditos trabalhistas dos ex-empregados da **TV Tupi** até o limite de 350 milhões de cruzeiros à época, desde que esgotados na Justiça

todos os meios no sentido de receberem das empresas dos Diários Associados os seus direitos.

As ações contra o grupo associado não deram em nada, pois as empresas pertencentes ao mesmo não foram reconhecidas como empregadoras dos funcionários de São Paulo, não caracterizado o Grupo Econômico.

Portanto, os ex-funcionários não tinham de quem receber, apesar de estarem garantidos pela CLT. E o que isso representava na vida daquelas pessoas? Talvez, quem sabe, o sonho da casa própria, ao receberem o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Mas, infelizmente, tiveram o dissabor de saber que a **TV Tupi** de São Paulo tinha acabado de falir, não podendo pagar a seus ex-empregados. Isso aconteceu no ano de 1995.

Tal decisão, em última instância, ocorreu em março de 1995 e foi publicada no **Diário Oficial da Justiça**, transitando em julgado, retornando-se o processo para São Paulo.

Nesse momento, o Sindicato dos Jornalistas e Radialistas de São Paulo denunciou o contrato assinado pelas partes em 1996, e o SBT se dispôs a pagar, apresentando um valor obtido em seu próprio cálculo, que não correspondia a nenhum critério judicial em prática pelos tribunais.

Tal valor foi rejeitado, de pronto, pelos ex-empregados e também pelo sindicato. O SBT, diante disso, depositou em banco, conforme legislação específica, a quantia que entendeu e, em seguida, ajuizou ação consignatória em pagamento, no sentido de obter a quitação da obrigação por via judicial.

Em novembro de 1997, julgada a ação, foi considerada improcedente, condenando-se o SBT a pagar a diferença, inclusive juros de mora, desde o ajuizamento da ação.

Em março de 1998, Sr. Presidente, a apelação do SBT subiu ao Tribunal de Justiça de São Paulo, cujo julgamento ainda não ocorreu. Mas, pasmem, Sras. e Srs. Deputados, ela ainda nem sequer foi distribuída, e já passou mais de um ano.

Na época da concessão, diante do inusitado pedido, bem como da desconfiança sobre a capacidade administrativa e financeira do Grupo Silvio Santos para assumir as concessões da extinta **TV Tupi**, de forma a garantir o compromisso com a cultura, com a educação e também com os direitos trabalhistas que existiam, os funcionários, devido a desses fatos, posicionaram-se de forma contrária à concessão dos canais para o grupo do Sr. Silvio Santos.

Premido pelo prazo e tentando conter os ânimos dos ex-empregados, o Sr. Silvio Santos ofereceu a proposta de compra dos créditos trabalhistas, sabendo que esses empregados dificilmente reaveriam seus créditos na **Rádio Difusora São Paulo S.A.**, que estava prestes a falir, como de fato faliu dois meses após.

E por que ele agiu dessa maneira, Sr. Presidente? Por estar certo de que as exigências feitas no contrato demandariam muitos anos, e isto ficou comprovado, pois só a parte trabalhista demandou mais de quatorze anos.

Agora, na forma que tentou pagar sua obrigação, tenta novamente, usando a morosidade da Justiça, ganhar outros tantos anos, pois, desde o julgamento da ação trabalhista em última instância em Brasília, já se passaram mais quatro anos, o que soma um total de dezoito anos de espera.

Portanto, a quitação da dívida deve ser o compromisso básico para que a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática dê a renovação das referidas concessões ao Sr. Silvio Santos.

É justo se condicionar a renovação ao cumprimento daquilo que foi assumido como pré-condição à exploração dos canais.

Sr. Presidente, quais foram as conseqüências dessa morosidade do processo para os 869 funcionários que ajuizaram a demanda, na qual o Sr. Silvio Santos se propôs a pagar. A maioria já é idosa, doente e mal aposentada. Pasmem: mais de cem já morreram, esperando o cumprimento da demanda.

Portanto, o que se presume é que o Sr. Silvio Santos quer que os netos ou talvez bisnetos desses ex-funcionários é que venham a receber, e conta com a morosidade da nossa Justiça.

Volto a insistir que a renovação da concessão da **TV SBT**, Canal 4, de São Paulo deve levar esses fatos a sério, pois uma das condições impostas pelo edital de concessão era a quitação dos débitos trabalhistas, sem o que ela não seria dada.

Estou marcando audiência com o Sr. Ministro das Comunicações. Irei acompanhado de uma comissão de ex-funcionários, para que o Sr. Ministro se pronuncie quanto a essa concessão e reconheça o direito que esses empregados possuem, os quais devem ser respeitados.

Que a renovação da concessão da **TV SBT**, Canal 4, de São Paulo não seja mais uma injustiça que se comete neste País contra empregados; que não tenhamos que reconhecer que o dito popular esteja certo, ou seja, que "a corda sempre arrebenta do lado mais fraco".

Acreditando na justiça e com certeza de que faremos todos os esforços para que esta realmente seja a Casa do povo, peço a todos os senhores que se engajem nesta nossa luta em prol dos mais injustiçados.

Independentemente, Sr. Presidente, já estou com requerimento de audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. Também estarei presente à assembléia geral marcada no Estado de São Paulo

com todos os ex-funcionários da extinta **TV Tupi**. Após esse evento, como disse, trarei a Brasília uma comissão para a audiência com o Sr. Ministro das Comunicações.

Muito obrigado.

O SR. NILSON MOURÃO (PT-AC. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o povo brasileiro, em especial os acreanos, e os defensores dos direitos humanos sempre foram muito gratos à Justiça de Brasília por manter preso na penitenciária da Papuda o assassino Darli Alves, que acabou com a vida de Chico Mendes, uma das maiores lideranças do Estado do Acre.

Entretanto, o povo acreano e os defensores dos direitos humanos ficaram perplexos quando tomaram conhecimento de que essa mesma Justiça relaxou, há alguns dias, a prisão do assassino. Ele passa o dia em liberdade e retorna para a penitenciária somente à noite. É preciso esclarecer a este Plenário que o Sr. Darli Alves, esse assassino frio, além de ser acusado e estar pagando a pena pelo assassinato de Chico Mendes, é foragido da Justiça. Fugiu da penitenciária do Acre, foi para o Estado do Pará. Foi beneficiário da reforma agrária num projeto de assentamento do INCRA e ainda obteve créditos oficiais. A Polícia Federal abriu um inquérito contra ele e certamente esse inquérito ainda não está na mesa do Juiz das Execuções Criminais. Depois dessa decisão tomada pelo Juiz das Execuções Criminais da Justiça do Distrito Federal, o Promotor de Justiça Dorival Barbosa Filho ingressou com o agravo de decisão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer um apelo deste plenário para que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal acolha o agravo promovido pelo Promotor de Justiça Dorival Barbosa Filho. Se Darli Alves cumprir sua pena em liberdade e não pagar o preço por ter cometido um crime tão bárbaro contra o povo do Acre, contra os defensores de direitos humanos, contra todos aqueles que defendem a preservação ambiental, será mais uma vitória da impunidade. É preciso

que a Polícia Federal conclua esse inquérito, o ponha à mesa da Justiça de Brasília e que o Tribunal de Justiça acolha a ação da Promotoria.

Assim, Sr. Presidente, esse assassino bárbaro voltará a pagar sua pena na penitenciária da Papuda, de onde ele nunca deveria ter saído.

Era o que tinha a dizer.

O SR. CARLITO MERSS - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Almeida) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. CARLITO MERSS (PT-SC. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos apresentando à esta Casa, proposta de emenda constitucional que propõe a nomeação dos Ministros do Tribunal de Contas da União através da aprovação em concurso público.

Nosso objetivo é profissionalizar o órgão auxiliar do Congresso Nacional, em sua função de fiscalizar a administração pública, com independência e isento de influências político-partidárias.

Ao permitir que o Presidente da República e o Congresso Nacional escolham os Ministros do TCU, através de indicação, a Constituição proporciona um ambiente de cumplicidade política entre os eleitos e aqueles a quem deveriam fiscalizar. Vários são os momentos em que a escolha recai em Parlamentares de larga carreira legislativa, personalidades com amplo relacionamento político e que recebem a indicação quase como um agradecimento. Mesmo considerando os relevantes trabalhos realizados pelo órgão e a dignidade e honra dos atuais Ministros, precisamos reconhecer que esse vínculo partidário e sentimental não se rompe de uma hora para outra e que é preciso evitar tal influência em decisões que precisam ser pautadas pela análise técnica.

Nossa proposta prevê também que as Assembléias Legislativas adaptem as Constituições dos Estados a essa mudança. Nos Estados, essa prática de indicação política é ainda mais acentuada e impede essencialmente o exercício da imparcialidade exigido pela função. As mesmas alterações devem acontecer nos Tribunais de Contas dos Municípios.

O concurso será de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, Conselhos Federais de Economia, Administração, Contabilidade, Engenharia e Arquitetura. Os candidatos não poderão ter ocupado cargo de Ministro de Estado ou a ele equiparado, no período de cinco anos imediatamente anterior à nomeação.

Pela importância dessa propositura, esperamos que os colegas desta Casa referendam com rapidez sua aprovação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Almeida) - Com a palavra o Sr. Deputado Deusdeth Pantoja.

O SR. DEUSDETH PANTOJA (PFL-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, venho à tribuna, hoje, relatar matéria publicada no jornal **O Liberal**, no dia 30 de maio passado, intitulada "Desnível marca o pobre e rico Pará".

Já ocupei a tribuna várias vezes, inclusive no mês de abril, durante o Grande Expediente, para abordar o desnível existente no meu Estado, a riqueza e a pobreza ali presentes ao mesmo tempo.

Diz a matéria de **O Liberal**:

As Estatísticas do Paradoxo

Riqueza

- Sétimo exportador entre todos os Estados, com R\$22 bilhões, em 1998.

- O Pará responde por 85,2 % das exportações da região Norte, com volume superior ao de todos os Estados do Nordeste e do Centro-Oeste, além do Rio de Janeiro.

- Somente nos três primeiros meses deste ano, o BNDES liberou R\$30 milhões para o setor industrial paraense.

Faço um adendo para dizer que esses 30 milhões vão para as indústrias extrativas dos minerais do Pará, não para a verticalização, que lá não existe.

- O saldo da balança comercial do Pará chegou a 12,5 bilhões entre 1991 e 1998.

Pobreza:

- O Estado está em 16º lugar no **ranking** brasileiro da renda **per capita**.

- O Pará é o 13º Estado em esperança de vida ao nascer.

Vejam só essa distorção.

- O Estado é o quarto pior em abastecimento de água no Brasil. (apesar de ser um dos mais ricos em água).

- O Pará sustenta a 16ª posição do **ranking** nacional de educação.

Sr. Presidente, inicio meu pronunciamento trazendo esta matéria publicada em **O Liberal**, na coluna Painel. Neste momento, congratulo-me com os editores deste jornal.

Outro assunto, Sr. Presidente.

Quero expor a realidade da pobreza do Estado do Pará, sobretudo em duas das microrregiões mais carentes que são as Ilhas (Marajó) e o Baixo Tocantins. Têm sua cultura sustentada no açaí e no palmito, uma palmeira nativa da Amazônia e que hoje vem sendo relegada a segundo plano. Já não é a primeira vez que uso esta tribuna para chamar a atenção para os graves problemas que afligem a população amazônica, sobretudo na região a que me refiro.

Recentemente promovemos em Belém um seminário com apoio dos mais diversos segmentos governamentais, onde contamos com a participação da SUDAM, BASA, EMBRAPA, UFPA, SEBRAE e IBAMA, SAGRI, FAEPA, OCEPA e da Associação dos Municípios do Baixo Tocantins, a AMBAT, quando tivemos a oportunidade de, na presença de mais de quatrocentas lideranças ligadas aos mais diversos setores da economia regional, de debater os desafios e as perspectivas

econômicas para o desenvolvimento auto-sustentável da microrregião do Baixo Tocantins, no Pará, com enfoque especial à cultura do açaí.

O resultado do seminário deixou patente que alguma coisa precisa ser feita. E com urgência.

Com efeito, a estagnação econômica porque passa aquela região do Pará é algo alarmante. O paradoxo antes existente de que a região possuía recursos naturais abundantes e ao mesmo tempo uma população miserável, começa a deixar de existir, tornando-se o quadro ainda mais grave, eis que a abundância de recursos naturais já não é mais tão abundante como outrora, e a população local continua a viver na mais absoluta miséria.

Ora, se com a potencialidade dos recursos naturais existentes em abundância outrora nada ou quase nada foi revertido em prol da população daquela região, o que se dirá agora, com o exaurimento desses recursos naturais. Com efeito, a economia da região do Baixo Tocantins, no Pará, encontra-se estrangulada, levando ao desespero milhares de famílias que habitam aquela localidade.

A falta de decisão política, combinada com a falta de apoio técnico e financeiro do Poder Público, ao longo das décadas, e porque não dizer, ao longo dos séculos, levaram aquelas regiões (Baixo Tocantins e Ilhas) paraenses a uma inércia econômica de tal vulto que nos deparamos com o esgotamento precoce dos recursos naturais, numa região em que a natureza sempre foi pródiga, é lamentável.

A população, por sua vez, totalmente marginalizada do processo produtivo, sobrevive como pode, basicamente do extrativismo vegetal e da pesca artesanal. Aliás, artesanal é uma palavra que bem define a economia daquele rincão do Norte do Brasil.

Para se ter uma idéia, Sras. e Srs. Deputados, as técnicas de produção local remontam ao descobrimento do Brasil, há 500 anos. São, portanto, cinco séculos de esquecimento, cinco séculos de estagnação econômica, cinco séculos de exaurimento dos recursos naturais da região, por uso de técnicas rudimentares e outras mazelas assacadas contra sua população.

É triste constatar que aquelas regiões morrem todo dia um pouco, sem que a mãe Brasil olhe para elas se não com cobiça ou como fornecedoras de matéria-prima barata. É triste constatar que as diferenças regionais no Brasil avançam, sem que ninguém veja. Estamos assistindo a criação de um novo Brasil, onde uma região é pobre, a outra, paupérrima. O abismo social que se faz avançar no Brasil é alarmante.

As microrregiões do Baixo Tocantins e das Ilhas, como se não bastassem tantas mazelas, sofrem, agora, mais uma ação dos gabinetes de Brasília, obstaculizando a sobrevivência da sua população. Trata-se da edição da Resolução nº 90, de 13 de maio passado, editada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a qual prevê uma série de normas para a extração e a industrialização do palmito, as quais só podem ser absorvidas e cumpridas pela grande indústria.

Ora, aquelas regiões são, talvez, as maiores produtoras nacionais de palmito, extraído do açazeiro, palmeira nativa da região. São milhares as famílias que sobrevivem, artesanalmente, da extração daquela iguaria, que jamais terão condições de se adequar às normas a serem impostas pela citada resolução.

O problema aqui, mais uma vez, não é a intenção dos órgãos federais, a qual é elogiável do ponto de vista do controle sanitário do palmito, o problema é o como fazer. O problema é antever o impacto social causado aos pequenos produtores rurais que, sem voz, sucumbem diante de normas feitas para como se vivêssemos

em um País de Primeiro Mundo. Não lhes criam alternativas de sobrevivência, eles não têm chance.

Quero dizer que tal resolução foi objeto de apresentação de requerimento por este Parlamentar junto à Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional desta Casa, na qual solicitou seja convidado, para audiência pública, o Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com o fim de tecer explicações àquela Comissão Técnica sobre dita resolução e as ações que poderão minimizar o impacto de tal ato junto aos pequenos produtores rurais da Amazônia, que sobrevivem da prática extrativista do palmito.

A microrregião do Baixo Tocantins, mais especificamente, já vivenciou vários ciclos econômicos na sua história, todos quebrados pela incapacidade de concorrência de seus produtos com o mercado de outras regiões do País, onde os incentivos e investimentos prosperaram em detrimento daquela região.

Nos dias atuais vivenciamos lá, a duras penas, talvez o último ciclo econômico natural da região: o açaí. É dele que se retira a saborosa polpa, hoje disseminada por todo o Brasil e até no exterior, além do palmito.

A preocupação de hoje é a mesma das décadas passadas: métodos arcaicos de extração, falta de orientação técnica no manejo e replantio, o que leva ao esgotamento da cultura, falta de crédito, ausência de qualquer investimento no setor, o que fatalmente, como de outras vezes, com outras culturas, como a cana-de-açúcar no passado recente, tornará breve esse ciclo econômico que, na verdade, é a redenção daquela região paraense.

O açaí é hoje, para aquela região, sem sofismas, a borracha de ontem para a Amazônia. É o açaí que emprega, é o açaí que gera renda, é o açaí que alimenta a barriga e os sonhos daquela sofrida população.

É preciso salientar que a exploração da cultura do açaí na região do Baixo Tocantins, como no restante da Amazônia, sempre se deu de forma extrativista, sendo urgente a transformação dessa exploração em forma sustentada. Segundo pesquisas da EMBRAPA, o manejo correto dos açazais nativos pode dobrar a produtividade local. A exploração sem planejamento, como ocorre ao longo dos séculos, está a reduzir a produção, levando à escassez do produto, o que é, além de um desastre econômico, um desastre ambiental, mais uma violência contra a floresta nativa.

Ainda segundo os pesquisadores da EMBRAPA, o Pará tem ainda uma área de 2 milhões de hectares com açazais nativos. Algumas dessas áreas vêm sendo exploradas há muito tempo, levando, por isso, à baixa produtividade. É preciso fazer um manejo da cultura, com urgência, para recuperar a produção.

Em face disto tudo, Sras. e Srs. Deputados, como um dos representantes e voz do pequeno produtor rural do Estado do Pará nesta Casa, não posso, assistir impassivelmente a degradação da cultura do açaí no Baixo Tocantins paraense, levando consigo uma vasta multidão de brasileiros à miséria e ao desespero.

O açaí não só é importante para a economia daquela região, como também é fonte de alimento para a população carente de todo o Estado. Devido ao seu alto poder nutritivo, com alta concentração de ferro, o mesmo é a principal fonte de alimentação para as crianças. Na falta do leite, consome-se açaí, pois está ali, disponível para o amazônida pobre. Escasseando essa cultura, os índices de mortalidade infantil alcançarão patamares inimagináveis, daí a grande importância social daquela cultura para o amazônida, Sras. e Srs. Parlamentares.

Soluções simples, como o incentivo à agroindústria familiar, a construção de unidades de processamento de palmito e polpa de açaí, aliadas à implantação de

técnicas de replantio e manejo da palmeira do açaí seriam, a baixo custo, a redenção daquela cultura no Pará, bastando para isso vontade política, pois aquela cultura nativa da região prospera com baixo investimento, necessitando apenas da participação do Estado e das Organizações Não-Governamentais, as quais, aliás, sempre comparecem, quando o assunto é preservação ambiental.

Precisamos preservar o meio ambiente, mas antes disso, temos que preservar o caboclo amazônico. Precisamos ver quem habita uma região por demais cobiçada, sendo estratégica toda e qualquer ação que busque fixá-lo lá, ao invés de afugentá-lo como ora assistimos. O Governo Federal, neste sentido, tem que voltar mais os seus olhos para aquela região, sob pena de, no futuro, termos de criar programas especiais de colonização e ocupação daquele vasto e outrora rico território brasileiro, eis que, por falta de ação, o resistente amazônida começa a dar sinais de que não pode mais esperar.

Temos, assim, Sras. e Srs. Deputados, que incentivar o desenvolvimento controlado da região amazônica, criando mecanismos que possam reverter o atual quadro de estagnação econômica que presenciamos naquela região.

Neste sentido estarei apresentando nesta Casa projeto de minha autoria, que cria um programa de incentivo à produção do açaí, voltado para o pequeno e médio produtor, onde se vislumbra a instituição de linhas de financiamento para a cultura do açaí e aproveitamento de seus derivados, com enfoque para a produção sustentada, a extração da polpa e do palmito, bem como a industrialização e comercialização da produção, com a participação da SUDAM, BASA e BNDES, enquanto instituições voltadas para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

Quero registrar, por fim, que apresentei, recentemente, nesta Casa, o Projeto de Lei nº 1.049, de 1999, que cria Área de Livre Comércio no Município de Breves,

na região das Ilhas, no Estado do Pará, onde se busca a criação de condições mínimas de desenvolvimento daquela região, com a geração de emprego e renda, quebrando, assim, o perverso ciclo da estagnação econômica e financeira que aflige aquela região e adjacências.

Efetivamente, Sras. e Srs. Deputados, dentro dessas barreiras regionais que hoje assistimos serem erigidas no Brasil, devemos salientar que a Amazônia, como o Nordeste brasileiro, ainda têm a necessidade de ter o Estado como promotores de seu desenvolvimento, visto a pequena capacidade que detêm para atrair iniciativas do setor privado, os quais só visam o lucro, não tendo qualquer preocupação com o desenvolvimento socioeconômico daquelas regiões.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação do meu pronunciamento no **Jornal da Câmara** e no programa **A Voz do Brasil**.

O SR. PAULO DELGADO (PT-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, se a década de 80 respirou aliviada com o fim da Guerra Fria, os anos 90 assistem assustados ao crescimento de toda sorte de conflitos locais, nacionais e regionais cunhados nas disputas étnicas e religiosas e na nova configuração mundial, que alia o domínio dos grandes impérios econômicos, em particular o capital financeiro, à eliminação de fronteiras entre as nações. Essa nova geografia, benéfica na busca de soluções econômicas e sociais entre Estados próximos, é a mesma que permite a internacionalização dos crimes e o crescimento da miséria e do abandono de milhares de pessoas, representantes de povos ou setores sociais excluídos dos potenciais benefícios do que se convencionou chamar a nova ordem mundial.

Uma das características do final desta década é, ao contrário do que se esperava, a fragilização da Organização das Nações Unidas, refém da disputa de poder entre as grandes potências mundiais. A Guerra da Iugoslávia, iniciada pela OTAN, sem o consentimento do Conselho de Segurança da ONU, é a demonstração cabal dessa fragilidade, o que confirma a dominação do mundo pelo poderio bélico e econômico. A reflexão necessária agora, seguida de ações, é no sentido de se buscar, através do fortalecimento da ONU como a grande liderança mundial, instâncias internacionais de resolução dos conflitos que atravessam fronteiras.

O processo de globalização, irreversível, tem sido a tradução dessa dominação de grandes potências sobre a maioria das nações. No lugar de rechaçá-la, é preciso impor ao mundo uma nova visão sobre a globalização vista como a construção de uma sociedade humana que tenha como princípios a

democratização dos benefícios da técnica e da ciência, a construção de uma cidadania mundial, a punição às violações dos direitos humanos. O acesso de todo ser humano às necessidades básicas de educação, moradia, saúde, lazer e convivência familiar e social, o respeito à liberdade e às diferenças pessoais, culturais e religiosas, todos elementos imprescindíveis à paz mundial.

Na busca de construir essa nova sociedade mundial, algumas iniciativas estão sendo tomadas como a criação, em outubro do ano passado, na Itália, da Rede Internacional de Luta contra a Exclusão Social, gestada no âmbito das Conferências das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Humano. Uma rede que pretende trocar experiências de inclusão dos setores marginalizados e denunciar toda e qualquer violação do princípio internacional de igualdade de direitos entre os seres humanos e os povos. Uma rede que tem como princípio o desenvolvimento sustentado com o bem-estar coletivo.

Outra iniciativa importante tem origem no Brasil, liderada pelo Deputado Eduardo Jorre e Luiz Gushiken, na criação do Centro de Estudos e Pesquisas por um Sistema Democrático de Governança Global (SISGLOBAL). O SISGLOBAL propõe a busca coletiva, por parte de todas as nações, de formas de administrar conjuntamente os grandes problemas mundiais, tendo como princípios fundamentais a garantia da paz mundial e a expansão dos direitos fundamentais do ser humano. São iniciativas que, a despeito de sua aparência idealista, nos encaminham na busca de uma vida melhor para todos em um mundo desarticulado.

Na agenda internacional no âmbito da ONU, é urgente um movimento em favor da aprovação, pelo maior número de países, do Tribunal Penal Internacional (TPI). A criação de um tribunal permanente para julgar crimes de genocídio, crimes de guerra, crimes contra a humanidade e de agressão é ponto relevante na

diplomacia internacional desde o fim da 2ª Guerra, quando se criaram os tribunais de Nuremberg e Tóquio para o julgamento dos crimes cometidos pelas potências do Eixo. A segunda experiência internacional de julgamento de crimes de guerra foram os tribunais especiais autorizados pelo Conselho de Segurança da ONU para tratar dos crimes originados nos conflitos étnicos de Ruanda, na África, e da antiga Iugoslávia, na Europa.

Em meados do ano passado, em Roma, foi aprovado o Estatuto do Tribunal Penal Internacional, que se baseia no princípio de que nenhum país pode pretender ter soberania sobre os direitos humanos com todas as implicações morais, éticas e jurídicas desse pressuposto. O Estatuto do Tribunal lhe dá um caráter excepcional de jurisdição sobre os crimes de extrema gravidade que já citamos, e complementar em relação aos sistemas judiciários nacionais. A atuação do Tribunal deverá acontecer quando o sistema judiciário de um país deixar de funcionar em consequência de guerras e conflitos ou quando houver, por parte dos Estados, clara intenção de proteger os acusados.

Outra característica fundamental do Tribunal Penal Internacional é a sua autonomia em relação ao Conselho de Segurança da ONU, impedindo que recaia sobre as ações do TPI as implicações políticas a que está sujeito o Conselho de Segurança e o poder de veto de alguns de seus membros. O Estatuto do Tribunal prevê a sua constituição com a representação dos principais sistemas jurídicos, a distribuição geográfica equitativa e equilíbrio na representação de homens e mulheres. As investigações podem ser iniciadas o pedido de algum Estado-parte do Conselho de Segurança da ONU e pelo próprio procurador do Tribunal, que tem o poder de iniciativa própria de investigação. Podem ser alvo de investigação os Estados-partes onde tenha ocorrido o crime ou cujo cidadão seja acusado do crime.

A criação do Tribunal Penal Internacional é um avanço no Direito Internacional na defesa dos direitos humanos em todo o mundo. Seu estatuto foi assinado por 83 países, mas apenas três o ratificaram. Em tempos de alvos errados em uma guerra duvidosa, a resistência à ratificação do TPI não pode ser aceita com tranqüilidade sob pena de continuamos a acobertar o sistema de justiça pelas próprias mãos em escala internacional.

Para entrar em vigor, é preciso que o Estatuto do TPI seja ratificado por 62 países até 31 de dezembro do ano 2000. Do contrário, o que se conseguiu até hoje na formulação de uma instância internacional de defesa dos direitos humanos caducará.

O Brasil, que participou ativamente da elaboração do Tratado de Roma, tem papel importante na liderança para a assinatura e ratificação do Estatuto do Tribunal Líder no Terceiro Mundo, a assinatura pelo Brasil certamente influenciará cerca de quarenta países-membros da ONU. É urgente que o Governo Federal assine o Estatuto e o envie ao Congresso Nacional para ratificação.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (Bloco/PSB-PE. Sem revisão do orador.) - Caro Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a cada dia que passa mais me convenço de que tinha razão quando me posicionava contrariamente à privatização das telecomunicações, bem como à flexibilização do monopólio do petróleo. Sempre dizia que se tratava de empresas estratégicas. Nem quero falar a respeito das treze páginas sobre os grampos, assunto da **Folha de S.Paulo**. O caso é que as empresas privatizadas estão atendendo muito mal, pessimamente à população.

Comentei várias vezes, nesta tribuna, o que aconteceu em meu Estado, Pernambuco: retiraram o serviço de informações 102 e levaram-no para o Estado de V.Exa., Sr. Presidente — a Bahia. Não sei se por força do prestígio do Deputado João Almeida, do Senador Antonio Carlos Magalhães ou do Deputado José Carlos Aleluia, o fato é que agora dependem do 102 da Bahia a população de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe.

Isso tem causado transtornos aos nordestinos desses pequenos Estados. Surgem dúvidas quando, por exemplo, se pergunta sobre o telefone da farmácia em Vitória. Será em Vitória de Santo Antão ou em Santa Maria da Vitória, em Vitória da Conquista?

Além disso, deslocaram 500 trabalhadores do Estado de Pernambuco, dentre os quais 144 deficientes físicos.

A Defensoria Pública, provocada pela Defesa do Consumidor, conseguiu uma liminar para trazer de volta o serviço 102 para Pernambuco. A TELEMAR já tentou por todos os meios derrubar essa liminar e não conseguiu. Está pagando diariamente uma multa de 50 mil reais por desobedecer ao Juiz da 18ª Vara Cível de Pernambuco.

Sr. Presidente, anteontem pedimos ao Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, Flávio Derzi, para convocar o Sr. Manuel Horácio da Silva, Superintendente-Geral da TELEMAR, e o Sr. Carlos Alberto Becker, Diretor da TELEMAR em Pernambuco, para que nos relatem o porquê dessa desobediência à ordem judicial no Estado de Pernambuco.

Recebi o **Diário de Pernambuco** de hoje, pelo qual soube que o Juiz Dr. Adalberto de Oliveira Melo, da 18ª Vara Cível do Recife, determina o aumento da multa pela desobediência de 50 mil para 200 mil reais por dia; segundo, solicita ao Ministério Público a instauração de ação penal por crime de desobediência contra esses dois personagens. Isto é, espero que até amanhã estejam na cadeia o Sr. Manuel Horácio da Silva e o Sr. Alberto Becker.

Decisão judicial não se discute, cumpre-se. Mesmo que depois o serviço de informações 102 vá para a Bahia, vá para a terra do eminente Deputado Hélio Costa, Minas Gerais, ou vá para São Paulo, ainda assim a decisão judicial tem de ser cumprida.

Expressamos a nossa solidariedade e o nosso apoio ao Poder Judiciário de Pernambuco, que determinou a volta do serviço 102 da Bahia para Pernambuco e também a recontração dos deficientes físicos que foram prejudicados pela decisão da TELEMAR.

Sr. Presidente, solicito a transcrição nos Anais da matéria do **Diário de Pernambuco**.

MATÉRIA A QUE SE REFERE O ORADOR

Inserir matéria Gonzaga Patriota

O SR. PRESIDENTE (João Almeida) - Convocamos os Srs. Deputados a virem ao plenário, pois em poucos minutos daremos início à Ordem do Dia. Já temos o **quorum** regimental.

O SR. PRESIDENTE (João Almeida) - Tem a palavra o Deputado Nelson Proença, ilustre representante do Rio Grande do Sul.

O SR. NELSON PROENÇA (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assomo à tribuna hoje com a intenção de relatar a este Parlamento e à sociedade brasileira fato gravíssimo ocorrido na semana passada e amplamente divulgado pela imprensa gaúcha.

O fato aconteceu no Estado do Rio Grande do Sul, mais precisamente no Governo Olívio Dutra, e a imprensa gaúcha tem divulgado, com ampla repercussão, esse escândalo, chamado de **videogate**.

Explico o que acontece, infelizmente, no meu Estado: o Sr. Secretário de Comunicação Social do Governo Olívio Dutra, Dr. Guaracy Cunha, era proprietário de uma empresa produtora de vídeos até dezembro do ano passado. Segundo os relatos dos jornais do Rio Grande do Sul, o Dr. Guaracy Cunha, em dezembro do ano passado, deixou a empresa, onde tinha a condição de sócio proprietário, e assumiu no Governo Olívio Dutra a Secretaria de Comunicação Social. E qual é a surpresa que o povo do Rio Grande do Sul vê nesses fatos divulgados na imprensa do nosso Estado? Esse Secretário, Sr. Guaracy Cunha, foi o responsável pela contratação, com dispensa de licitação, de uma empresa que seria responsável por fazer trabalhos para a administração do Governo do Sr. Olívio Dutra. Para surpresa do povo do Rio Grande do Sul, a empresa contratada com dispensa de licitação foi a que pertencia até dias antes ao Dr. Guaracy Cunha.

Quando os Deputados estaduais de oposição e os jornalistas do Rio Grande do Sul foram esmiuçar com mais detalhes a denúncia, descobriram algumas coisas que chocaram a sociedade daquele Estado e continuam chocando. O primeiro fato

era que o Dr. Guaracy Cunha deixou a empresa da qual era diretor, proprietário fundador em dezembro e, em janeiro, contratou a sua ex-empresa com dispensa de licitação. Em segundo lugar, descobriu-se que vários assessores do Dr. Guaracy Cunha que ocupam cargo de confiança na administração de Olívio Dutra, em Porto Alegre, também são ex-funcionários, ou alguns continuam funcionários, diretores, dessa empresa de vídeo. Esmiuçando com um pouco mais de atenção, a imprensa do Rio Grande descobriu alguns outros fatos que chocam a sociedade gaúcha. Por exemplo, quase todas as administrações do Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul contratam essa mesma empresa e praticamente pela mesma modalidade: com dispensa de licitação. A Câmara de Vereadores de Porto Alegre, quando administrada pelo Partido dos Trabalhadores, contratou a empresa do Dr. Guaracy Cunha na mesma modalidade.

Algumas pessoas que entendem e conhecem essa questão das licitações descobriram alguns fatos que precisam, na minha opinião, ser muito bem esclarecidos.

Primeiro, há um claro direcionamento, na opinião dos especialistas, em todos os editais ou cartas-convite que dispensam licitação, tanto do Governo do Estado do Rio Grande do Sul quanto da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, da Prefeitura de Porto Alegre e de outras administrações do PT. Essas cartas-convite chegavam ao ponto de especificar o número de série dos equipamentos exigidos para que a empresa fosse capaz de vencer a concorrência. Isso, na opinião desses especialistas, configura uma clara e incontestável intenção de dirigir a carta-convite de forma a beneficiar essa empresa.

A segunda questão que surpreendeu os especialistas, a imprensa e a sociedade foi o fato de que a carta-convite feita pelo Governo do Estado do Rio

Grande do Sul estabelece como responsável técnico pela licitação — portanto, a pessoa que seria encarregada de fornecer os dados técnicos às empresas que pretendessem disputar essa licitação. É importante destacar que aprendi, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o responsável técnico de qualquer licitação tem um imenso poder de influenciar, condicionar e dirigir a licitação. Qual foi a nossa surpresa e a do Rio Grande? O responsável técnico pela licitação é também o Dr. Guaracy Cunha, Secretário de Comunicação Social e ex-proprietário da empresa até dezembro do ano passado.

Fomos olhar a ata de desligamento do Secretário Guaracy Cunha da sua ex-empresa e constatamos, igualmente com surpresa, Sr. Presidente, que ela estabelece o desligamento, sim, do Dr. Guaracy quinze dias antes de ele contratar sua ex-empresa para fazer esse trabalho, mas essa mesma ata também estabelece a necessidade de que o Dr. Guaracy continue ajudando a planejar e prestar serviços de toda ordem à sua ex-empresa.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que ouvi há pouco aqui um meu colega, nobre representante da bancada do PT do Rio Grande do Sul, dizer — até anotei a frase para não esquecer — que é fundamental que o Brasil acabe, de uma vez por todas, com a relação promíscua que existe entre o público e o privado. Gostaria de ter o apoio da bancada do PT do Rio Grande do Sul e o da bancada do PT nacional para que tivéssemos esse mesmo empenho e pudéssemos acabar com isso que, na minha opinião, é uma relação incestuosa, malcheirosa e mal explicada entre público e privado na administração Olívio Dutra no Rio Grande do Sul.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Senado Federal, em recente sessão, aprovou projeto que permite ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES contratar empréstimo de US\$ 1,2 bilhão junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, com o objetivo de apoiar as pequenas e microempresas, urbanas e rurais, bem como as cooperativas e demais formas associativas de produção.

Modernamente, considera-se que a pequena e a microempresa integram de forma ampla e profunda o processo de crescimento nacional, desde que acopladas às políticas demográfica, habitacional, educacional e de distribuição de renda. Assim, as pequenas e microempresas gradativamente perderam o caráter exclusivo de geradoras de emprego e de renda por ocasião das crises econômicas, tornando-se imprescindíveis ao desenvolvimento e à integração nacional na economia mundial.

Constata-se que a revolução industrial, iniciada na metade do século XVIII, se prolongou até 1870, quando novo ciclo tecnológico se instalou a partir do advento da eletricidade, do telefone, da eletrônica, do aço, dos produtos químicos e farmacêuticos, dos automóveis e do avião. O computador e a televisão, em 1946, encarregaram-se de inaugurar um novo ciclo econômico, no qual a informação constituía o princípio organizador da produção. Crises econômicas sucessivas, a partir de 1970, influenciaram a evolução cada vez mais rápida das sociedades, determinando uma nova etapa em 1990, vigente até hoje, representada pela queda do muro de Berlim e a adoção de uma nova ordem econômica mundial.

Nesse novo cenário, as grandes empresas, tomadas de perplexidade por se perceberem despreparadas para os desafios do futuro, viram-se compelidas a acelerar ao máximo suas reformas gerenciais, a fim de criar unidades autônomas, mais ágeis nas tomadas de decisão, descentralizadas, flexíveis, capazes de atender com rapidez as demandas da nova economia globalizada, as transformações e exigências do mercado consumidor e de intensa competitividade — processo que se denominou desconstrução.

Assim, contingências várias — históricas, econômicas, tecnológicas e sociais — moldaram uma nova concepção de pequenas e microempresas: estruturas ágeis e flexíveis, com modernos meios de gestão e controle de qualidade, informatizadas, constituindo a base de um sistema econômico voltado para a livre concorrência e elemento primordial no comércio da futura sociedade.

A propósito, cabe ressaltar o papel das pequenas e microempresas no combate ao desemprego, questão que, isoladamente, representa o problema mais agudo para o Governo brasileiro. Verifica-se que a cada R\$ 100 milhões investidos no setor se criam 10.200 postos de trabalho.

Por fim, deve-se levar em consideração que, no Brasil, as pequenas e microempresas participam apenas com 1,7% do total das exportações, cifra que, comparada às da Coréia do Sul (48%), da Alemanha (45%) e dos Estados Unidos (54%), se mantém em patamar muito acanhado em relação às necessidades do País.

Era o que tinha a dizer.

O SR. MARCELO BARBIERI (PMDB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) -
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna para registrar importante manifestação realizada, ontem, em Brasília, pelos trabalhadores do setor sucroalcooleiro, que reivindicam apoio do Governo Federal para o segmento, diante da gravíssima crise que provoca a recessão e o desemprego.

O Brasil, desde que implantou o Programa Nacional do Álcool — PROÁLCOOL, conseguiu dar um passo fundamental na direção do desenvolvimento do setor e da redução de sua dependência energética. Esse programa, devido às potencialidades do País, representou também um grande passo no sentido de se rediscutir nossa matriz energética, ainda baseada fundamentalmente no petróleo produzido internamente e importado.

A indústria sucroalcooleira, desde então, viveu um ciclo de grande crescimento, gerando empregos e divisas para os Estados e a União. Entretanto, nos últimos anos, houve uma redução acentuada do consumo de álcool, principalmente, devido à decisão das montadoras de, praticamente, só produzir carro movido à gasolina.

Dados do próprio Governo demonstram que, até 1997, a produção de álcool gerou uma economia de combustível para o País da ordem de US\$ 35 bilhões em divisas, ou o equivalente a US\$ 70 bilhões, incluindo o serviço da dívida externa.

Atualmente, o álcool representa uma economia de US\$ 1,3 bilhão por ano, considerando a redução da importação de petróleo. A simples opção pela aquisição de veículos popular exclusivamente à álcool permitiria manter indefinidamente essa economia e, dependendo do preço internacional do petróleo, aumentaria entre US\$ 200 e US\$ 400 milhões a cada ano.

Além disso, Sr. Presidente, essa decisão teria impactos extremamente positivos no meio ambiente, com a diminuição da poluição e, conseqüentemente, a retração do efeito estufa.

Mas, o mais importante, Srs. Deputados, é que voltar a ter o álcool como uma alternativa energética significará a geração de milhares de empregos e a consolidação de muitos que, hoje, encontram-se ameaçados.

Além disso, a opção pelo álcool reduziria nossa dependência com o petróleo externo, permitindo ao País conseguir resultados mais animadores em sua balança comercial, ainda extremamente deteriorada por conta dos sucessivos déficits produzidos pelo importacionismo inconstante, que gerou, internamente, um verdadeiro cortejo de falências e um nível de desemprego sem precedentes em nossa história.

O Brasil chegou a produzir, em 1985, no auge do PROÁLCOOL, 647 mil veículos movidos à álcool, representando 96% de participação no mercado. Esse ano, pasmem, Srs. Parlamentares, é de que essa produção chegue a 765 carros, o que corresponde 0,1% do mercado.

Por essa razão, a recente decisão do Governo de adquirir, em leilão, parte do excedente do álcool hidratado, cerca de 100 milhões de litros, foi importante para aliviar a crise que atinge o setor, mas é medida paliativa, que não dá uma solução estrutural e permanente para o drama vivido pelos produtores e pelos trabalhadores. E é medida também insuficiente, na medida em que sabemos que a indústria alcooleira, no final da safra de 1998, armazenou cerca de 2 bilhões de litros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, esses são os motivos que me levam a exaltar a manifestação que os trabalhadores e os produtores do setor

realizam, hoje, em Brasília, certo de que contarão com o apoio expressivo do Congresso Nacional quanto às suas reivindicações.

Esperamos que o Governo acorde e tome uma decisão que seja definitiva e possa abrir novos horizontes para a indústria sucroalcooleira, principalmente no tocante à defesa e à geração de mais empregos para os trabalhadores do setor.

Muito obrigado.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) -
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o setor de cotonicultura brasileiro está de parabéns, pois vem contribuindo de forma efetiva para que o nosso País melhore a situação da balança comercial.

A redução das importações de algodão deve gerar uma economia de quase 200 milhões de dólares este ano, graças ao aumento da safra, que pode chegar a 490 mil toneladas.

Se confirmadas as previsões, Sras. e Srs. Deputados, teremos a menor importação de algodão dos últimos 4 anos. Na safra passada, o País gastou 496 milhões de dólares para adquirir 316,5 mil toneladas de algodão no exterior.

A queda nas importações se deve, principalmente, à expansão da cultura em Mato Grosso, hoje responsável por quase a metade do algodão produzido no País. Com o clima e topografia favoráveis, esses fatores contribuem para colocar o Estado na liderança nacional, com elevado índice de produtividade e alta qualidade.

Mesmo com esses fatores favoráveis, os produtores de Mato Grosso, com razão, andam descontentes com os preços obtidos nesta safra, pois com a desvalorização do real, os custos de produção subiram sem que houvesse uma contrapartida nos preços mínimos estipulados pelo Governo.

Os valores que vigoraram na safra passada eram de 7 reais para a arroba em caroço e de 24,50 reais para a arroba em pluma e que foram mantidos na atual.

A alta do dólar acabou elevando em cerca de 40% os preços dos insumos. Pelos cálculos das cooperativas, o custo médio de produção chegou a 1.250 dólares por hectare nesta safra, contra cerca de 900 dólares por hectare em 1998.

Apesar de todos os contratemplos, o Presidente da Associação Brasileira do Algodão não acredita em queda de produção na próxima safra e produtores da região; acreditam até que dentro de 2 ou 3 anos, o País não deverá mais importar algodão, baseando na estimativa de um consumo interno de 750 mil toneladas/ano.

É portanto, Sr. Presidente, nobres Sras. e Srs. Deputados, uma notícia muito boa, que nos enche de esperança e a certeza de que não só o setor de cotonicultura, mas toda a nossa agricultura voltará a ocupar o lugar de destaque da economia brasileira.

Muito obrigado.

O SR. LUÍS EDUARDO (PSDB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, recentemente, denunciei, desta tribuna, o aumento desenfreado dos preços dos medicamentos chamando a atenção do Governo para o elevado custo dos tratamentos prolongados, principalmente junto às populações de baixa renda.

Há menos de trinta dias, Sr. Presidente, o Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal divulgou a lista dos remédios que mais encareceram nos últimos meses, a começar por aqueles cuja matéria-prima depende de importação.

Segundo li na coluna de economia do jornal **O Globo** de ontem, de janeiro a maio os preços já subiram 7,57%, ou seja, o dobro da inflação. Mas vem da própria indústria farmacêutica a informação de que, dos cem medicamentos mais vendidos no País, nada menos de 83,2% terão reajustes de até 3%. Desses itens, 18,84% subiram até 1%; 21,3% aumentaram entre 1,1% e 2%; e 43,5% tiveram reajuste entre 2,01% e 3%. Apenas 7,3% dos itens pesquisados ficaram com os preços inalterados. Mesmo assim, a ABIFARMA admite que os preços de alguns remédios vão ficar acima de 3%.

Como frisei em pronunciamento anterior, Sr. Presidente, este não é o primeiro aumento de medicamentos nos últimos cinco meses. Só para exemplificar, entre os medicamentos mais vendidos, que tiveram os maiores aumentos em dólar, estão os antiinflamatórios hirudoid e inflamene, cuja variação de preços foi de 107,54% e 100,88%, respectivamente. Outro exemplo altamente negativo é o melhoral infantil, que subiu 153,81%, e isto, Sr. Presidente, entre março de 1994 e maio de 1999.

De um modo geral, o preço de alguns medicamentos em reais foi reajustado em 85,24%, o que não deixa de ser um ônus muito pesado para as populações de baixa renda.

E tudo isso, Sr. Presidente, apesar da existência, até onde se sabe, de um acordo de cavalheiro entre a indústria farmacêutica e os organismos governamentais voltados para a política de preços.

Costuma-se dizer que o bom colaborador não é aquele que diz sim a tudo e só sabe dizer amém. E é por isso que estamos aqui alertando as autoridades governamentais para o que vem ocorrendo com a política de preços de medicamentos. Os laboratórios estão anestesiando a economia das populações mais pobres, proibidas, hoje, de ficar doente. E, tudo isso, apesar de estar escrito na Constituição Federal que saúde é direito do cidadão e dever do Estado. Registro o fato, Sr. Presidente, e lavro meu protesto, solidarizando-me com os milhões de brasileiros que não têm como fazer frente à ganância das multinacionais da indústria farmacêutica.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. MARIA DO CARMO LARA (PT-MG. Pronuncia o seguinte discurso.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, infelizmente venho hoje a esta tribuna falar sobre o crescimento do desemprego no País. Os jornais nacionais, na última semana de maio, publicaram pesquisas dando conta do aumento do desemprego nas principais regiões metropolitanas.

Em São Paulo, onde se concentra o maior parque industrial do País, o desemprego bateu novo recorde em abril, atingindo 20,3% da População Economicamente Ativa (PEA). Isso significa que 1,788 milhão de pessoas estão fora do mercado de trabalho; que, para cada cinco trabalhadores, um está sem emprego na Grande São Paulo. O índice, 7,82% superior ao de abril do ano passado, é o maior já registrado desde janeiro de 1985, quando a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), divulgada pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), começou a ser divulgada. Estes são os dados de São Paulo, mas, com certeza, nas demais regiões metropolitanas do País não é diferente.

No Distrito Federal, os números de abril, publicados pela Secretaria de Trabalho, mostram que há 191,6 mil pessoas sem trabalho. Isso corresponde a 22,1% da População Economicamente Ativa. Estes são os dados do Distrito Federal, mas, com certeza, nas demais regiões metropolitanas do País não é diferente.

Estes dados revelam que a população que depende exclusivamente de trabalho ficou mais pobre, já que o mercado passou a oferecer salários baixos por causa do excesso de mão-de-obra disponível. A renda dos ocupados também

encolheu, especialmente para aqueles que não têm carteira assinada e nenhuma proteção legal. Em um mês, o rendimento médio real dos ocupados caiu 3%. Em 12 meses, a queda chega a 5,6% segundo esta pesquisa.

Importa ressaltar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que por trás dos números crescentes das pesquisas feitas mês a mês sobre o desemprego está uma realidade de miséria que aflige milhões de brasileiros, entre os quais se ressalta o sofrimento das crianças subnutridas e expostas a todas as formas de enfermidade, sem falar nos óbitos infantis em decorrência da fome. Isso simplesmente é uma vergonha nacional. De que adianta estabilidade monetária se o povo passa fome, vive na miséria, morre um pouco a cada dia por falta de condições de vida?

E o Governo Federal, o que faz? Nada, absolutamente nada. O Sr. Fernando Henrique durante a campanha prometeu criar 7 milhões de postos de trabalho. E o que temos visto? Passados quase 6 meses do novo Governo FHC, o que obtivemos foi o avanço do desemprego, o maior já registrado na história do nosso País.

O Congresso Nacional, submisso aos ditames do Palácio do Planalto, nega-se a discutir esta questão como se os problemas do povo não lhe dissessem respeito. Nega-se, inclusive, a aprovar o projeto de salário mínimo do Deputado Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul, que eleva este salário para 180 reais, como o fez a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, cujo valor ainda está bem abaixo dos salários mínimos de países como a Argentina e o Paraguai.

Portanto, Sr. Presidente, quero aqui propor a esta Casa que se disponha a buscar alternativas para o problema do desemprego no País. Não podemos assistir de camarote ao sofrimento de significativas parcelas da população. Por que não estimular um amplo debate, nesta Casa, com os representantes das entidades da

sociedade civil organizada,. como as Centrais Sindicais, CNBB, OAB e outras entidades, com o objetivo de construir propostas concretas que possam, pelo menos, minimizar a curto prazo este grave problema imposto à sociedade brasileira por uma política econômica anti-social e voltada, unicamente, para os interesses do capital financeiro internacional, jogando, portanto, contra os interesses nacionais? Esta Casa, que representa os interesses do povo brasileiro, não pode continuar omissa diante do desemprego que, como já afirmamos, a cada mês avança sempre mais.

Por fim, Sr. Presidente, solicito que este pronunciamento seja publicado no **Jornal da Câmara** e divulgado no programa **A Voz do Brasil**.

Era o que tinha a dizer.

O SR. DR. HELENO (PSDB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, volto a esta tribuna para anunciar a decisão do Prefeito Zito de implantar, em Duque de Caxias, o Programa Bolsa-Escola, visando a retirar as nossas crianças das ruas e combater o trabalho infantil.

Desde que assumiu o Governo do Município, o Prefeito Zito já reformou ou construiu 65 escolas, estando a rede de ensino atualmente com 103 unidades e atendendo a mais de 62 mil alunos.

Nos próximos 15 dias, serão reinauguradas as Escolas Municipais 21 de Abril, na Vila S. Luís, e Rui Barbosa, no Gramacho. A Escola 21 de Abril foi inteiramente destelhada durante um temporal, no último mês de março. Como medida de emergência, o Prefeito Zito alugou um galpão, para onde as turmas foram transferidas, tendo aproveitado a oportunidade para efetuar uma completa reforma na escola.

Já a Escola Rui Barbosa, no Gramacho, foi totalmente reformada e ainda ampliada, ganhando mais duas salas de aula, uma sala de informática, uma quadra de esportes e tendo ampliado o seu refeitório. Ali é ministrado o ensino fundamental, desde as classes de alfabetização até a 8ª série.

Mas isso é pouco, dentro do programa educacional de Governo Zito. Para combater a evasão escolar no 4º Distrito, que chegara a assustadores índices de 30%, o Prefeito determinou à Secretaria de Educação, já em seu primeiro ano de governo, que fossem estudadas as causas de tão elevado índice.

Descobriu-se que a ausência era maior no período de chuvas, pois as escolas do 4º Distrito, antiga Zona Rural do Município, ficam distantes mais de 3

quilômetros das residências de muitos alunos. Em períodos de frio intenso ou de chuvas, eles não podiam comparecer à escola e acabavam desistindo dos estudos.

Para resolver o problema do frio, a Prefeitura decidiu incluir agasalhos no **kit** escolar, que este ano foi distribuído a 42 mil alunos da rede municipal, contendo, ainda, todo o material didático.

Com relação à distância entre as escolas e a residência dos alunos, há uma dezena de microônibus, que agora fazem linhas regulares e garantem o transporte não só dos alunos, como também das professoras que atuam em escolas distantes mais de 20 quilômetros da sede do Município.

Essas soluções, porém, não resolveram totalmente o problema da evasão escolar, visto que algumas centenas de crianças continuam ainda fora das salas de aula, pois ajudam no sustento de suas famílias. Para encarar essa situação, o Prefeito Zito decidiu que a melhor fórmula seria oferecer uma bolsa-escola, no valor de um salário mínimo, para as famílias carentes manterem seus filhos na escola.

Nos próximos dias, a Secretária de Educação do Município, Profa. Roberta Barreto, virá a Brasília, onde entregará ao Ministro Paulo Renato Souza o projeto elaborado pelo Município para a implantação do Programa Bolsa-Escola. Mas isso ainda é pouco. A Profa. Roberta Barreto, em nome do Prefeito Zito, virá ainda reivindicar o apoio do Ministério da Educação para a implantação de dois ambiciosos projetos: a ampliação da rede de escolas voltadas para a educação especial e o ensino profissionalizante.

Atualmente, a Prefeitura mantém uma escola em Jardim Primavera só para o atendimento dos alunos portadores de necessidades especiais. Além disso, outras 34 unidades dispõem de turmas de educação especial. Ao todo, 800 crianças e adolescentes são atendidos pela educação especial do Município. Agora, o Prefeito

Zito quer ampliar essa área, criando outras escolas de educação especial nos Distritos, dada a natural dificuldade de as crianças, com qualquer tipo de deficiência, usarem os meios normais de transporte.

Da mesma forma, o Município reivindica apoio para a implantação de escolas profissionalizantes nos Distritos. Com a chegada de novas indústrias, a necessidade de ensino profissionalizante vem crescendo de forma geométrica, e o Governo precisa responder às necessidades da população, levando ensino qualificado a todos os cantos.

Hoje, Duque de Caxias só pode contar com as escolas profissionalizantes do SENAI e do SENAC e com o Centro de Educação Integrado, o CEI, uma entidade realmente filantrópica, fundada pelo Dr. Pirajá Pires, ex-Juiz de Menores de Duque de Caxias e que já formou mais de 20 mil jovens nas áreas de mecânica de automóveis, serralheiria, bombeiro hidráulico e eletricista e marcenaria.

Temos certeza de que os projetos de Duque de Caxias vão ao encontro da política educacional do Presidente Fernando Henrique, em boa hora colocada nas mãos do Ministro Paulo Renato Souza. É no Município onde os problemas e as tragédias acontecem. A evasão escolar e o trabalho infantil se agravam todos os dias, aparecendo na imprensa. Entretanto, estão sendo enfrentados pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso com determinação, seriedade e espírito público.

É esse espírito público que leva o Prefeito Zito a buscar o apoio de Brasília para a implantação do Programa Bolsa-Escola, a ampliação da rede de ensino especial e a criação das escolas de ensino profissionalizante nos Distritos.

Da mesma forma que o poeta diz que o artista tem que estar onde está o povo, o governante deve sempre estar ao lado do seu povo, ouvindo as suas

reivindicações e buscando soluções. É isto que estão fazendo o Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Ministro Paulo Renato Souza e o Prefeito Zito, ouvindo o povo, levando soluções para os problemas do povo, como os da área da educação, única esperança de transformar o Brasil em grande potência do terceiro milênio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Sras. e Srs. Parlamentares, temos a grande satisfação de receber hoje, na Câmara dos Deputados, a visita do Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Nacional Portuguesa, Deputado António de Almeida Santos, que já esteve várias vezes no Brasil e hoje nos honra especialmente com esta visita ao Parlamento brasileiro.

Recebendo-o na minha sala, fiz questão de trazê-lo ao plenário, embora fugindo às normas regimentais, nobre Presidente, já que não havia a previsão desta sua visita ao plenário. Mas fiz questão em função de um fato conhecido e reconhecido por todos: o de Brasil e Portugal serem praticamente uma única e mesma Pátria. De modo que temos esta satisfação extraordinária de tê-lo aqui na Casa como um representante nosso.

Devo dizer aos colegas Parlamentares que, na minha sala ainda, ao nos sentarmos à mesa, entreguei-lhe exatamente o local da Presidência para revelar que ele tanto poderia presidir aquela Casa em Portugal como esta Casa no Brasil. E não poderia deixar de trazê-lo a este plenário e a ele conferir a palavra para a manifestação que desejar fazer.

Salientei a S.Exa, ao Sr. Embaixador e à sua comitiva que hoje é um dia excepcional na Câmara dos Deputados, tendo em vista o feriado de amanhã, mas os ouvidos dos Parlamentares que estão neste plenário e daqueles que estão em seus gabinetes, portanto ouvindo pelos alto-falantes, estarão atentos às suas palavras, e todos estarão, igualmente, homenageando a estada de V.Exa. no Brasil.

Desejamos que a sua visita seja mais um elemento incrementador das relações de amizade entre Brasil e Portugal, mas especialmente entre o Parlamento brasileiro e o Parlamento português. Seja bem-vindo. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem a palavra o Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Nacional Portuguesa, Deputado António de Almeida Santos.

O SR. ANTÓNIO DE ALMEIDA SANTOS - Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Sras. e Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores, em nome da delegação que me acompanha e da Assembléia da República de Portugal, quero agradecer ao Sr. Presidente as palavras tão amáveis que acaba de me dirigir e, sobretudo, o duplo gesto de, primeiro, trazer-me aqui, a esta Casa do povo do Brasil; em segundo lugar, o gesto a que se referiu há pouco graciosamente, mas com algum simbolismo, de ter-me deixado sentar no seu lugar, à Presidência da Mesa.

Devo dizer que sempre que venho ao Brasil não me sinto estrangeiro, nem me sinto no estrangeiro. Pelo contrário, acho que esta visita, tal como as anteriores, apesar de esta ser uma visita oficial, está a processar-se em termos de toda a similitude com uma visita de família. Estamos a visitar a nossa família: família por laços de sangue, por laços de história, por laços de convivência, de amizade e também pela circunstância de, segundo Pessoa, termos essa pátria comum, que é a língua portuguesa, a língua de Camões, a língua de Machado de Assis, a língua de Manuel Bandeira, a língua de Jorge Amado, a língua de José Saramago, a língua de escritores portugueses que quero aqui lembrar.

Portanto, temos essa comunhão de culturas, de vivência histórica, de sangue, necessariamente, e também a comunhão dos momentos que não foram tão de luzes, como outros, que foram também de sombras, porque também os tivemos, já que a história é feita de momentos bons e de momentos maus, a história

não se nega, a história não se recusa, a história assume-se inteira, mas creio que temos de ter muito orgulho da nossa história comum.

O Brasil, como dizia ontem no Senado Federal, onde tive igualmente a gentileza de ser recebido e poder usar da palavra, é um país muito grande, mas dizer que ele é grande é pouco. É preciso dizer mais alguma coisa. Eu disse que o Brasil é um país muito rico na sua identidade verdadeiramente. É talvez um dos países que conheço de mais rico valor de identidade.

Quando a globalização tiver nivelado todas as diferenças, o Brasil continuará a ser um país com uma identidade muito forte. Portugal tem muito orgulho em ter participado na construção dessa identidade, que, em parte, nos é comum e, em parte, também se diferencia de nós, como é bom que aconteça. Temos muito orgulho em termos ajudado a construir esta maravilha Pátria que o Brasil hoje é. O Brasil é, de fato, um grande país; se encararmos já não tanto a realidade, mas as potencialidades, vai ser um enorme país. Não sei quando disparará para ser uma das maiores potências mundiais, mas vai sê-lo. Não tenho dúvida nenhuma sobre isso, pela sua criatividade, pelas suas qualidades humanas, pelas suas riquezas, por tudo isso que faz do Brasil um país verdadeiramente único na sua beleza natural, inclusive na sua atração em todos os domínios. Creio que o mundo terá que contar com o Brasil entre as suas maiores nações e as suas maiores potências.

Ontem, o Senador Lúcio Alcântara falou dos perigos que corre a democracia representativa. Eu comungo da mesma preocupação. O mundo moderno evoluiu tecnologicamente para lá de todos os limites, mas institucionalmente manteve-se muito igual. Há, hoje, um fosso muito grande entre o mundo institucional, do qual fazem parte os nossos parlamentos, os nossos governos e os nossos tribunais, e o mundo da realidade tecnológica e econômica, o que significa que, talvez, tenhamos

que fazer um esforço de readaptar as nossas instituições ao mundo moderno. A própria instituição parlamentar tem que se remodelar, rejuvenescer-se, e para isso nada melhor do que os Parlamentos trocarem impressões, experiências e visitas.

Já hoje nasceu, num encontro entre nós de grupos de amizade de Deputados brasileiros, a idéia de uma próxima visita, a nosso convite, a Lisboa de um grupo da Comissão de Assuntos Exteriores. No futuro, teremos outros encontros de presidentes de parlamentos. Vamo-nos encontrar em Lisboa, neste mesmo mês, numa cimeira dos Presidentes da Ibero-América. Estaremo-nos encontrando em julho, em Maputo, Moçambique, terra onde vivi 21 anos, também para uma cimeira de Presidentes dos Parlamentos dos países lusófilos.

Continuaremos a nos encontrar em outros níveis, como no do Presidente da República e do Executivo. Vamos trocar visitas, trocar experiências, comungarmos com aquilo que cada um de nós sabe, com aquilo que preocupa a cada um de nós, para que possamos, cada vez mais alertados e conscientes, enfrentar os desafios do mundo que vem aí, do mundo da globalização, e todos os problemas que a globalização acarreta.

Queridos amigos, saúdo-vos. Agradeço ao Presidente Michel Temer esta oportunidade que me deu de usar da palavra. Não sou eu que falo, mas é o meu coração, porque amo o Brasil. Ontem, já disse isso. É verdade: amo profunda e apaixonadamente o Brasil, a sua história, o seu presente e, antecipadamente, o seu futuro. Quero desejar tudo de bom para o Sr. Presidente e os Srs. Deputados. Que os astros vos protejam.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Agradecemos a visita ao eminente Presidente António de Almeida Santos, a quem vou acompanhar.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Michel Temer, mui digno Presidente da Câmara dos Deputados, reeleito para o mandato por mais dois anos, depois de uma profícua administração à frente da nossa Casa, do nosso Poder, da nossa instituição, saúdo-o e rendo-lhe minhas homenagens, meu caro Primeiro-Secretário da Mesa, Deputado Ubiratan Aguiar, responsável pela parte administrativa da Casa, Sr. Presidente António de Almeida Santos, da Assembléia Nacional Portuguesa, meus prezados pares, representantes da comitiva do Presidente Almeida Santos, minhas senhoras e meus senhores, escolhido, com grata satisfação, pelo Presidente Michel Temer, para saudar o Presidente Almeida Santos, que nos honra com sua presença neste Parlamento, gostaria de dizer dos laços fraternos, dos laços de amizade que unem Brasil e Portugal.

Diferente da colonização espanhola, Portugal nos deu muito. Portugal deu-nos um grande território e fez do Brasil praticamente uma nação continente. Deu-nos uma só língua, o que é fundamental para a integração de um povo; deu-nos a miscigenação, fundamental para a constituição de uma nova raça nos Trópicos; deu-nos a cultura, a educação, em todos os campos da atividade, exemplos marcantes que fizeram deste País a grande Nação com a qual todos nós sonhamos.

A partir de 1989, deu-se a integração do mundo, em que praticamente o mundo transformou-se numa única aldeia, em que as mudanças que acontecem em determinado país, ao mesmo tempo, têm reflexo nos demais países. O Brasil

entendeu isso e começou a realizar essas mudanças em 1995, graças ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, que enviou a esta Casa reformas constitucionais para adaptar o Brasil a esses novos tempos.

Esta Casa teve uma participação marcante. Se analisássemos o primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso e nos perguntássemos qual foi a parte mais positiva do seu Governo, diríamos que foi a adaptação do Brasil a essa nova realidade. As reformas da ordem econômica permitiram que quebrássemos o monopólio do petróleo, o das telecomunicações, o do transporte de cabotagem e o do gás canalizado e que fizéssemos a diferenciação entre empresa de capital nacional e empresa de capital estrangeiro, o que permite, hoje, que Portugal invista muito no Brasil e o Brasil faça o mesmo em Portugal.

Com a quebra do monopólio do petróleo, o Brasil passou a perseguir aquelas reservas estratégicas, fundamentais para um país desenvolvido e, sobretudo, para sua autonomia no setor. O Brasil já produz mais de um milhão de barris de petróleo e tem tecnologia em pesquisa de petróleo em águas profundas, o que poucos países do mundo têm.

Quebramos também outros tabus. Por isso o Brasil se integrou a esse novo tempo. Constituímos um bloco, chamado MERCOSUL, neste mundo em que se fala em blocos, para defender interesses comuns com a Argentina, com o Paraguai e o Uruguai, mas vemos Portugal integrar-se definitivamente à União Européia e oferecer-se — e não foi um oferecimento qualquer — para servir de intermediário do Brasil, a fim de que o nosso País possa também integrar-se à União Européia. Se o passado nos unia, o presente nos une mais, e o futuro haverá de nos unir ainda muito mais, porque os laços que unem Brasil e Portugal são muito mais profundos do que quaisquer laços que unem o Brasil a outros países do mundo.

Se houve uma integração econômica em relação à globalização da economia, caro Presidente Michel Temer — figura respeitada por todos nós pelas qualidades de jurista e de homem público exemplar e pela maneira correta e séria com que dirige esta Casa —, faltava a integração dos Parlamentos. Precisamos fazer maior integração dos Parlamentos para defender interesses comuns.

Hoje, caro Presidente António de Almeida Santos, a presença de V.Exa. nesta Casa é o início dessa nova missão que desejamos para os Parlamentos das nossas nações irmãs. Gostaria que fosse de estreitamento cada vez maior e de integração das relações entre os dois Parlamentos a conversa entre os Presidentes dos Parlamentos de Portugal e do Brasil, sobretudo porque falamos a mesma língua, temos a mesma origem e os mesmos interesses.

A democracia no Brasil é um fato. Dizia Otávio Mangabeira que a democracia na América Latina era uma planta tenra, que com a primeira ventania desmoronava e tombava. Hoje, não. A democracia no Brasil é hoje uma planta de raízes profundas e definitivamente consolidadas, como o é em Portugal. O mundo não descobriu nenhum modelo melhor do que o democrático. Dá trabalho? Dá. Mas é assim mesmo. Faz-se com muitas discussões, mas a função do parlamento é discutir. E a perseguição de um equilíbrio de poder entre Executivo, Legislativo e Judiciário é condição fundamental para o estabelecimento de um verdadeiro Estado Democrático de Direito em qualquer país.

É com este sentimento, Sr. Presidente, que saudamos o Presidente António de Almeida Santos, em nome dos Líderes dos partidos desta Casa. Como Líder do Partido da Frente Liberal, trago minhas palavras de estímulo e de incentivo. Quero expressar a nossa satisfação em receber o Presidente da Assembléia Nacional de Portugal, nação irmã que cada vez mais comove os nossos sentimentos, sobretudo

para que juntos possamos traçar caminhos comuns que nos conduza ao verdadeiro desenvolvimento, desenvolvimento que passe pela paz, pela justiça social, pelo trabalho e pelo progresso de uma sociedade cada vez mais justa, mais fraterna, mais humana.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Concedo a palavra ao Sr. António de Almeida Santos.

O SR. ANTÓNIO DE ALMEIDA SANTOS - Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. Foram tão amáveis as palavras que me dirigiu o Sr. Deputado Inocêncio Oliveira, que não posso deixar de agradecê-las. Sabia que o Brasil era um país de grandes oradores e acabo de ver isso confirmado, através das palavras tão brilhantes e tão simpáticas que nos foram dirigidas. Essas considerações muito nos comovem, muito nos tocam, em função base da fraternidade, que, de fato, soubemos construir entre os nossos Países. Eu diria que somente politicamente somos dois, porque humanamente e do ponto de vista lingüístico continuamos a ser um só. Temos essa Pátria comum e temos que valorizá-la cada vez mais.

Quero dizer também que me preocupa muito o que possa acontecer no futuro, com essa tal aldeia única. A globalização está aí, galopante, é uma tendência irreversível. Cada vez mais o mundo organiza-se politicamente em termos de espaço e de tempo. O tempo está praticamente eliminado em termos de informações; o espaço está praticamente eliminado em termos de comunicações. Hoje, sendo grandes as unidades políticas, são tão pequenas que o mundo todo é menor do que Portugal em 1500. Portanto, temos que fazer uma revisão profunda da nossa organização, não só econômica, mas social e política. Não podemos deixar que a evolução institucional continue num certo e relativo marasmo, enquanto que a evolução técnica e a econômica dão pulos. Não podemos deixar que o mundo se organize à revelia dos parlamentos.

A União Européia é o caso típico de uma experiência exaltante de globalização, em âmbito de um só continente, que o está a fazer progressivamente, para nos prepararmos para a globalização universal. Mas o Parlamento português

foi de algum modo, como, aliás, os Parlamentos dos Estados nacionais europeus, deixado fora, até agora, da nova construção da Europa. Não deixem que isso vos aconteça na construção do MERCOSUL. É preciso que o Parlamento do Brasil tenha um papel mais ativo do que tiveram até hoje os Parlamentos europeus na construção da União Européia. O próprio Parlamento europeu, eleito por uma segunda cidadania europeia, constituído pelo somatório das nações europeias, tem tido um papel muitíssimo relativo na construção da União Européia. E vai agora, a partir do Tratado de Amsterdã, ter um papel mais decisivo. E também os Parlamentos nacionais estão reivindicando maior influência na construção dos próximos passos da União Econômica e Política Européia.

Nossa experiência na construção da União Européia é exaltante; ela tem dado excelentes resultados. Pensamos que é um caminho que não tem regresso, só pode ter continuidade. Como qualquer experiência, não lhe faltaram alguns erros, o que é óbvio. O Brasil não tem que cometê-los quando quiser avançar no caminho do MERCOSUL, porque os erros que cometemos podem ser corrigidos por vós, se tiverem conhecimento daqueles que nós próprios cometemos.

Para isso precisamos dialogar, conversar, e não há melhor instrumento para se dialogar e conversar do que a instituição parlamentar. Por isso, temos que intensificar de fato os nossos encontros, o nosso diálogo, a nossa troca de experiências e a nossa cooperação. Partimos daqui com a convicção de que hoje é o primeiro dia da futura cooperação entre os nossos Parlamentos.

O melhor para todos vós. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Agradecemos novamente a visita do Presidente António de Almeida Santos.

Designo uma comissão, composta pelos Deputados João Almeida, Nelson Proença, Arnaldo Faria de Sá e Walter Pinheiro, para acompanhar S.Exa. e sua comitiva até a saída da Câmara dos Deputados.

V - ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - A lista de presença registra o comparecimento de 297 Srs. Deputados.

Passa-se à Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Item 1.

Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 1999

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 1999, que aprova o texto do Acordo sobre a Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia, em Brasília, em 21 de novembro de 1997. Pendente de pareceres das Comissões: de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Redação.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Concedo a palavra, para oferecer parecer ao projeto, em substituição à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, ao Sr. Deputado Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT-BA. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o presente Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 1999, que aprova o texto do Acordo sobre a Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia, em Brasília, em 21 de novembro de 1997, é de suma importância e trata especificamente da área espacial.

É importante lembrar que essa cooperação ensejada pelo ato internacional em tela abrangerá as seguintes áreas de atividades:

a) ciência espacial, pesquisa do espaço exterior, meteorologia espacial, monitoramento do meio ambiente da Terra a partir do espaço, geofísica, ionosfera e plasma espacial, biotecnologia espacial, telecomunicações espaciais e de navegação;

b) atividades conjuntas de pesquisa e desenvolvimento, construção, fabricação, lançamento, operação e utilização de veículos lançadores, satélites e outros sistemas espaciais;

c) atividades de pesquisa sobre sistemas espaciais de uso múltiplo pilotados e não pilotados;

d) desenvolvimento de formas multiperfis de cooperação na utilização de técnica espacial e outras atividades que venham a ser mutuamente acordadas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o acordo será feito com a Rússia de hoje, mas é importante ressaltar também o papel que a ex-União Soviética, tão criticada por muitos, desempenhou nessa área ao longo dos anos. A ex-União Soviética alcançou vasto desenvolvimento na área espacial, a exemplo da experiência com o Sputnik, na década de 60, que consagrou o seu avanço na área de lançamento de foguetes e aeronaves espaciais.

Nesse exato momento, o tratado é de suma importância para o Brasil, porque, de forma muito explícita, nos trará grandes benefícios, principalmente com a possibilidade de a Agência Espacial Brasileira utilizar os veículos lançadores russos para fazer subir os satélites brasileiros.

Nesse sentido, nós, da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, louvamos o presente tratado e somos pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O parecer é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Concedo a palavra, para oferecer parecer ao projeto, em substituição à Comissão de Finanças e Tributação, ao Sr. Deputado Ricardo Berzoini, que, na verdade, deixou à Mesa o seu parecer escrito, cuja conclusão é a seguinte:

Relativamente à Lei Orçamentária Anual, o Projeto de Decreto Legislativo não apresenta nenhuma implicação.

Diante do exposto, manifestamo-nos pela adequação financeira e orçamentária do Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 1999.

PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA

Inserir parecer Ricardo Berzoini

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Concedo a palavra, para oferecer parecer ao projeto, em substituição à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, ao Sr. Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA (Bloco/PCdoB-MG. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 1999, que aprova o texto do Acordo sobre a Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia, em Brasília, em 21 de novembro de 1997, atende aos requisitos constitucionais, relativos à competência da União e às atribuições do Congresso Nacional, de acordo com o que dispõe o art. 49, inciso I, da Constituição Federal.

No que tange à constitucionalidade material do projeto, também não vislumbramos qualquer mácula a ser apontada, uma vez que o dispositivo do texto do acordo não fere princípio ou norma consagrada em nossa Lei Maior.

Quanto à juridicidade e à técnica legislativa, não constatamos qualquer óbice ao prosseguimento da matéria.

Pelo exposto, o nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 1999.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O parecer é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Em discussão.

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Passa-se à votação.

Como votam os Srs. Líderes?

O SR. REGIS CAVALCANTE (PPS-AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PPS é favorável a esse projeto de decreto legislativo que aprova acordo entre o Brasil e a Rússia, até porque o Deputado João Herrmann Neto foi o seu Relator na Comissão de Relações Exteriores.

Para o Brasil, que já fez o mesmo acordo com os Estados Unidos, com a França e com a Argentina, é muito importante fazê-lo também com a Rússia.

O PPS encaminha pela aprovação da matéria e vota "sim".

O SR. BISPO WANDERVAL (Bloco/PL-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco PL/PST/PMN/PSD/PSL orienta a sua bancada pela aprovação.

O SR. CLEMENTINO COELHO (Bloco/PSB-PE. Sem revisão do orador.) - O Bloco PSB/PCdoB, nos termos do parecer do Deputado Sérgio Miranda, vota "sim".

O SR. EDUARDO SEABRA (PTB-AP. Sem revisão do orador.) - O Partido Trabalhista Brasileiro, Sr. Presidente, vota "sim".

O SR. DR. HÉLIO (PDT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esse projeto de decreto legislativo foi aprovado por unanimidade na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, com a presença dos Deputados Neiva Moreira e Luiz Salomão. Portanto, o PDT, seguindo seus Líderes, vota "sim".

O SR. CELSO RUSSOMANNO (PPB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PPB é favorável e vota "sim".

O SR. WALTER PINHEIRO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - O Partido dos Trabalhadores vota "sim".

O SR. CEZAR SCHIRMER (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB vota "sim", considerando os pareceres, análises e estudos realizados pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. Em boa hora, o Governo brasileiro faz esse acordo com o Governo da Federação Russa, e também em boa hora esta Casa aprova o convênio.

O SR. JOÃO ALMEIDA (PSDB-BA. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, é indiscutível o mérito do decreto legislativo que estabelece a cooperação entre o Brasil e a Rússia, na pesquisa e no uso do espaço superior para fins pacíficos. De modo que o PSDB vota "sim".

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL-PE. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, creio que esse projeto de decreto legislativo é de grande importância, sobretudo, porque há a utilização do espaço para fins pacíficos. E esse convênio entre a República do Brasil e a República Soviética é importante também porque a ex-União Soviética avançou muito no campo da ciência espacial.

Logo, o monitoramento do meio ambiente, a verificação de ocorrência de agressões, queimadas, contaminação de mananciais e tantas outras atividades afins poderão ser melhor desenvolvidas em face desse acordo internacional.

Assim, neste momento em que o mundo persegue a compatibilização entre o desenvolvimento e a preservação do meio ambiente, o chamado desenvolvimento sustentado, esse projeto de decreto legislativo chega em boa hora. Esse acordo fará com que seja monitorada toda e qualquer agressão de maior intensidade que se faça ao meio ambiente.

Por isso, o Partido da Frente Liberal louva esse acordo internacional e recomenda o voto "sim".

O SR. DUILIO PISANESCHI (PTB-SP. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, o Governo vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Em votação o projeto de decreto legislativo.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Em votação a redação final.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Item 2.

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 1999, que aprova o texto do Protocolo de Emenda ao Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), firmado em Caracas, em 14 de dezembro de 1998. Pendente de pareceres das Comissões: da Amazônia e de Desenvolvimento Regional; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Redação.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Para oferecer parecer, em substituição à Comissão da Amazônia e Desenvolvimento Regional, concedo a palavra à Sra. Deputada Elcione Barbalho.

A SRA. ELCIONE BARBALHO (PMDB-PA. Para emitir parecer.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

O Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 1999, originário da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, tem como objetivo aprovar o texto do Protocolo de Emenda ao Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), firmado em Caracas, em 14 de dezembro de 1998, o qual foi enviado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 130, de 1999, do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

O Protocolo introduz duas modificações ao Tratado de Cooperação Amazônica: cria a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e, por meio de alteração do art. 22 do Tratado, cria uma Secretaria Permanente para a OTCA, com sede em Brasília, com a função de implementar os objetivos previstos no Tratado, em conformidade com as resoluções decorrentes das reuniões de Ministros das Relações Exteriores e do Conselho de Cooperação Amazônica.

Coube-nos proferir, em nome da Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, parecer sobre o mérito do projeto, nos termos do inciso V do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Meu voto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o seguinte:

O Tratado de Cooperação Amazônica foi firmado em 1978, pelos Governos da Bolívia, do Brasil, da Colômbia, do Equador, da Guiana, do Peru, do Suriname e

da Venezuela, com o objetivo, entre outros, de estabelecer políticas comuns de desenvolvimento da Bacia Amazônica, cujo território compartilham.

Até hoje, apesar dos esforços e dos interesses de todos os signatários, pouco do que prevê o Tratado foi realizado, mesmo sendo evidentes as vantagens de uma maior cooperação entre esses países em vários setores como comunicações, transportes, segurança, comércio e meio ambiente.

O Protocolo de Emenda ao Tratado de Cooperação Amazônica, firmado em Caracas, em 14 de dezembro de 1998, sem dúvida dará novo ímpeto à implementação do Tratado, ao dotá-lo de instrumentos operacionais, que são a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e a respectiva Secretaria Permanente.

Sendo a efetiva implementação do Tratado de Cooperação Amazônica do mais alto interesse não só da região amazônica mas de todo o Brasil, pela importância estratégica territorial, de recursos naturais e humanos nela contidos, votamos pela aprovação, quanto ao mérito, do Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 1999.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O parecer é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Para oferecer parecer em substituição à Comissão de Finanças e Tributação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Villani.

O SR. BASÍLIO VILLANI (PSDB-PR. Para emitir parecer.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Exm^o Sr. Presidente da República encaminha ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 130, de 1999, acompanhada da exposição de motivos do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Protocolo de Emenda ao Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), firmado em Caracas, em 14 de agosto de 1998, pelos Governos da República Federativa do Brasil e das Repúblicas da Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, com a finalidade de criar a Organização do referido tratado, com sede em Brasília.

Consoante o enfatizado na exposição de motivos encaminhada a esta Casa, trata-se do primeiro organismo internacional a ser criado na Capital brasileira, o que lhe confere relevo especial ao lado da importante temática — a região Amazônica —, para a qual está voltado.

Voto do Relator:

O projeto de decreto legislativo sob exame vem simplesmente aprovar o texto do protocolo de emenda em questão, sem, contudo, alijar do Congresso Nacional a consideração sobre quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido protocolo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, circunstâncias estas que tornam apta a sua aprovação por esta Casa, eis que atende a um mandamento inserto no inciso I, do art. 49, da Constituição Federal.

Por outro lado, Sr. Presidente, o projeto em apreciação não apresenta aspectos financeiros e orçamentários públicos que importem em aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, sendo, portanto, dispensável seu exame quanto à adequação prevista no art. 54, inciso II, do Regimento Interno da Casa.

Dessa forma, afora as considerações de caráter doutrinário e hermenêutico trazidas na exposição de motivos, que, por imperativo regimental, não cabe à Comissão de Finanças e Tributação apreciar, no mérito, a proposição é oportuna e necessária, ante a necessidade de transformação em instrumento jurídico, visando a fortalecer institucionalmente o esquema regional de cooperação amazônica e dar-lhe impulso com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia, como bem acentuado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do texto do Protocolo de Emenda ao Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), nos termos do Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 1999.

Esse é o voto do Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O Parecer é pela adequação financeira e orçamentária, portanto, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Para oferecer parecer em substituição à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Cezar Schirmer.

O SR. CEZAR SCHIRMER (PMDB-RS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 1999, trata do Protocolo de Emenda ao Tratado de Cooperação Amazônica firmado em Caracas, em 14 de dezembro de 1998, pelos Governos da República Federativa do Brasil e das Repúblicas da Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela, com a finalidade de criar a organização do referido tratado, com sede em Brasília.

De parte da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, foi cumprido plenamente o art. 49 da Constituição Federal. Não há nenhum óbice para que este projeto de decreto legislativo seja aprovado.

Portanto, o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O parecer é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Em discussão.

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Em votação o Projeto de Decreto Legislativo.

Como votam os Srs. Líderes?

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a integração amazônica entre o Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Suriname, Venezuela, entre outros países, na exploração da região, significa defender interesses comuns.

Por isso, acredito que esse acordo é fundamental para o chamado desenvolvimento sustentável e, sobretudo, para uma exploração racional da floresta amazônica, grande patrimônio não só do Brasil, mas mundial.

Por isso, o PFL recomenda o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O PFL vota "sim".

O SR. JOÃO ALMEIDA (PSDB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB recomenda o voto "sim" e cumprimenta o Governo, especialmente o Itamaraty, pela produção deste acordo que significa, na verdade, o aperfeiçoamento de um acordo existente com a criação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, na expectativa de que esse organismo multilateral possa contribuir efetivamente para a solução dos problemas que temos na Amazônia, que demandam, a cada dia, mais dedicação dos Governos, criatividade e ação de todos os povos envolvidos com esse patrimônio da humanidade.

O PSDB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O PSDB vota "sim".

O SR. DUILIO PISANESCHI (PTB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Liderança do Governo encaminha também o voto "sim".

O SR. CELSO RUSSOMANNO (PPB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, cabe salientar que esse Tratado de Cooperação Amazônica passará a dispor de personalidade jurídica internacional, conforme modificação a ser introduzida no art. 22 do referido tratado e pelo presente protocolo de emenda. O organismo contará com secretaria permanente, dirigida por um secretário-geral, que, em substituição ao mecanismo de secretaria **pro tempore**, tenha atribuições limitadas. As modificações institucionais em apreço deverão contribuir para reforçar o sentido estratégico do TCA, que completou vinte anos de existência.

Portanto, o PPB encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O PPB vota "sim".

O SR. CAIO RIELA (PTB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Partido Trabalhista Brasileiro acompanha votando "sim".

O SR. BISPO WANDERVAL (Bloco/PL-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco PL/PST/PSL/PMN/PSD orienta sua bancada a votar "sim", pela aprovação.

O SR. DR. HÉLIO (PDT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT considera que o projeto de decreto legislativo consagra os avanços da cooperação, aperfeiçoa e fortalece a cooperação com a Amazônia. Portanto, vota favoravelmente.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores entende que o tratado que abrange os oito países na realidade reforça o papel estratégico da região Amazônica, em se tratando do momento em que vivemos. Portanto, é de fundamental importância a instituição da Organização, que agora terá sede própria, um corpo de funcionário,

enfim, toda uma estrutura com o peso político necessário para travarmos um debate sobre a Região. Por isso, o Partido dos Trabalhadores vota "sim".

O SR. CLEMENTINO COELHO (Bloco/PSB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB/PCdoB vota "sim", justamente pelo grande impacto positivo na cooperação regional do Brasil com esses países.

O SR. REGIS CAVALCANTE (PPS-AL.Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é muito importante que esta Casa vote esta matéria hoje, até porque estamos na Semana Internacional do Meio Ambiente. É de fundamental importância que, com este acordo que transforma o TCA num organismo, possamos defender o meio ambiente, principalmente a região amazônica.

O SR. CEZAR SCHIRMER (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB vota a favor, obviamente. Não poderia votar de outra forma um protocolo dessa dimensão e significado, não só para a nossa Amazônia, mas para todos os países que dela fazem parte. Esse projeto é de grande importância. Ele, tenho certeza, representará um avanço notável nas relações multilaterais que o Brasil mantém, na Amazônia, com os países vizinhos.

O PMDB vota a favor.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Em votação o projeto de decreto legislativo.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

Em votação a redação final.

Os Srs. Deputados que aprovam a redação final do projeto permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Item 3 da pauta.

Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 1999.

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 1999, que aprova o texto da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Seqüestro Internacional de Crianças, concluída na cidade de Haia, em 25 de outubro de 1980, com vistas à adesão pelo Governo brasileiro. Pendente de pareceres das Comissões: de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Redação.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Para emitir parecer, em substituição à Comissão de Seguridade Social e Família, concedo a palavra ao Sr. Deputado Dr. Hélio.

O SR. DR. HÉLIO (PDT-SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 1999, que aprova o texto da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Seqüestro Internacional de Crianças, concluída na cidade de Haia, em 25 de outubro de 1980, com vistas à adesão pelo Governo brasileiro, tem por objetivo básico assegurar o retorno imediato de crianças ilicitamente transferidas para qualquer Estado Contratante ou nele retidas indevidamente, bem como fazer respeitar de maneira efetiva nos outros Estados Contratantes os direitos de guarda e de visita existentes num Estado Contratante.

Para tanto, o citado diploma estabelece uma série de exigências bastante abrangentes aos Estados Contratantes. Dentre elas, merecem destaque as seguintes:

- a) localizar uma criança transferida e retida ilicitamente;
- b) evitar novos danos à criança, ou prejuízo às partes interessadas, tomando ou fazendo tomar medidas preventivas;
- c) assegurar a entrega voluntária da criança ou facilitar uma solução amigável;
- d) fornecer informações sobre a legislação de seu Estado relativa à aplicação da Convenção;
- e) acordar ou facilitar, conforme as circunstâncias, a obtenção de assistência judiciária e jurídica, incluindo a participação de um advogado.

Deve-se colocar especial relevo na possibilidade, prevista no art. 8º do Capítulo III, de "qualquer pessoa, instituição ou organismo" que julgar que uma criança foi transferida ilegalmente apresentar denúncia á autoridade central do seu Estado ou à autoridade central de qualquer Estado Contratante. Dessa forma, permite-se que indivíduos possam fazer denúncias internacionais, o que é inovador em termos de Direito Internacional Público.

Outro ponto interessante do diploma em apreço refere-se à prerrogativa da Autoridade Central do Estado requerido negar o retorno da criança, caso esta se opuser. Tal fato evidencia que a presente convenção preocupa-se sempre com a preservação dos direitos da criança e dos adolescentes.

Do nosso ponto de vista, o instrumento internacional em apreço vem dando uma contribuição efetiva para diminuir o lamentável tráfico de crianças e adolescentes que se verifica em todo o mundo, especialmente nos países do denominado Terceiro Mundo.

Nesse sentido, causa-me espécie o fato de que o Brasil tenha aderido tão tardiamente à Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Seqüestro Internacional de Crianças. Com efeito, a Convenção em debate foi celebrada em 25 de outubro de 1980, há mais de 18 anos, portanto. Tal delonga não nos parece compatível com a situação a que estão submetidas as nossas crianças e adolescentes, crescentes vítimas de seqüestros internacionais.

No que tange especificamente à reserva aposta pelo Governo brasileiro ao art. 24 da presente Convenção, ela é inteiramente correta, pois o disposto naquele artigo (o encaminhamento de comunicações e requerimentos em inglês e francês) contraria dispositivos da nossa legislação interna.

Em vista do acima exposto e, em especial, com reparo à questão da idade determinada na Convenção Internacional, a idade de 16 anos, que se contrapõe ao nosso conceito de criança e adolescente que, obviamente, atinge os 16 anos, a recomendamos o voto favorável a esta Convenção.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O parecer é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Concedo a palavra, para oferecer parecer ao projeto, em substituição à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, à Sra. Deputada Zulaiê Cobra.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 1999, que aprova o texto da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Seqüestro Internacional de Crianças, concluída na cidade de Haia, em 25 de outubro de 1980, com vistas à adesão pelo Governo brasileiro, é constitucional, jurídico e redigido em boa técnica legislativa. O texto da Convenção sob exame não ofende à soberania nem princípios basilares do ordenamento constitucional, estando conforme a obrigação do Estado brasileiro de fornecer especial proteção à infância e à adolescência.

O único óbice que se identifica no texto é o constante do art. 24, já apontado na exposição de motivos que acompanha a mensagem do Poder Executivo. Impõe-se que se faça uma reserva, reserva esta já permitida pelo próprio Tratado, para que se exija a utilização de documentos estrangeiros sempre acompanhados da tradução feita por tradutor oficial, de acordo com a Lei Processual Civil.

Sem essa reserva, estaríamos diante da injuridicidade da matéria. Feita a reserva, nada a opor.

Portanto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da proposição e, no mérito, por sua aprovação, com a emenda que apresentamos, acompanhada do seguinte texto (art. 1º, § 1º):

Art 1º...

§ 1º Faz-se à reserva do art. 24 da Convenção, permitida pelo art. 42 da mesma, para determinar que os documentos estrangeiros juntados aos autos judiciais sejam acompanhados de tradução para o Português feita por tradutor juramentado oficial.

Sr. Presidente, este é o voto da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O parecer é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa. No mérito, é pela aprovação. Mas V.Exa. apresenta uma emenda?

A SRA. ZULAIÊ COBRA - Exatamente, Sr. Presidente. Essa emenda que acabei de ler diz respeito somente ao art. 24 da Convenção, que permite, no art. 42 do Tratado a tradução, pelo tradutor juramentado oficial, para o português.

PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA

Inserir parecer Deputada Zulaiê Cobra

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Em discussão.

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Passa-se à votação, em primeiro lugar, da emenda sugerida pela Comissão.

Como votam os Srs. Líderes?

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, creio que esta emenda é importantíssima. Ela vem corrigir, talvez, uma falha do tratado. Por intermédio de um tradutor juramentado serão traduzidos para o português os termos desse acordo.

O PFL recomenda o voto "sim" à emenda.

O SR. CAIO RIELA (PTB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Partido Trabalhista Brasileiro vem externar a sua posição favorável à emenda. Realmente, ela vem corrigir essa falha expressa no art. 24.

Portanto, o PTB é amplamente favorável à emenda.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (PPB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PPB é favorável à emenda e vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vamos passar à votação da emenda.

Essa emenda acrescenta ao art. 1º um novo parágrafo — o § 1º —, com a seguinte redação, passando o parágrafo único a ser o § 2º:

Art. 1º...

§ 1º. Faz-se a reserva ao art. 24 da Convenção, permitida pelo art. 42 da mesma, para determinar que os documentos estrangeiros juntados aos autos judiciais sejam acompanhados de tradução para o português, feita por tradutor juramentado oficial.

Vamos votar a emenda.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se acham.

(Pausa.)

Aprovada.

Vamos votar agora o projeto de decreto legislativo.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se acham.

(Pausa.)

Aprovado.

Em votação a redação final.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se acham.

Aprovada.

A matéria vai ao Senado Federal.

VI - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, antes convocando para hoje, às 14h, sessão ordinária da Câmara dos Deputados com a seguinte

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12h19min.)